

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	24
5.5 - Alterações significativas	28
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	29

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	30
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	63
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	65
10.5 - Políticas contábeis críticas	67
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	70
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	71
10.8 - Plano de Negócios	72
10.9 - Outros fatores com influência relevante	75

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2017, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração.

A Companhia classifica esses riscos de forma organizada e de acordo com a sua natureza: Estratégicos, Operacionais e Financeiros, principalmente riscos de mercado e exposições ao câmbio e juros.

Também é importante considerar que as operações da Companhia consomem muita energia, entre as quais, elétrica e gás natural, e a escassez ou alta nos preços destes recursos, podem ter um efeito adverso nos resultados, para o qual também são desenvolvidos mecanismos de proteção.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas, tais como: Instrumentos financeiros derivativos denominados de *hedge* de fluxo de caixa, para proteger suas exposições aos riscos de variações em moedas estrangeiras, e também, mecanismo de proteção para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, onde a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Através do ciclo de Planejamento Estratégico das Unidades de Negócio são identificados, avaliados e mensurados os principais riscos que podem impactar os negócios da companhia.

As decisões sobre evitar, aceitar, reter, mitigar, transferir ou compartilhar riscos estão baseadas na avaliação do impacto dos mesmos sobre os indicadores de desempenho escolhidos frente aos custos de se estabelecerem controles internos e o risco residual, se existente.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável em manter a diretoria e Comitê Executivo regularmente informados sobre os riscos aos quais estão sujeitos a companhia, estabelecer procedimentos, parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon, identificar, em conjunto com as áreas, os riscos operacionais inerentes a cada um dos processos e disseminar a cultura de controles internos das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidade de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* facilitando a comunicação e a disseminação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de riscos e comunicação que envolva todos os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

A área de Auditoria Interna, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

De forma geral, o departamento de auditoria interna tem as seguintes atribuições:

- Prover cobertura de avaliação para todos os processos relevantes da organização, em periodicidade e extensão determinada pelos riscos previamente mensurados e adequados ao porte da Companhia e a complexidade e volume de suas transações;
- Avaliar os riscos, levando em consideração o pleno conhecimento dos objetivos estratégicos do grupo, para que haja salvaguarda das políticas gerais que direcionam os negócios;
- Realizar trabalhos preventivos, objetivando aprimorar os controles internos, a fim de proporcionar uma maior segurança contra erros e falhas, intencionais ou não, que poderiam vir a comprometer os objetivos da organização;
- Efetuar o acompanhamento e validação das ações propostas nos Planos de Ação em resposta aos pontos levantados nas auditorias;
- Observar o código de ética da organização, e reportar o descumprimento a este;
- Assegurar a confidencialidade das informações e evidências utilizadas para realizar os trabalhos de auditoria, bem como dos fatos constantes nos relatórios de auditoria;
- Informar à alta administração e aos órgãos supervisores do setor financeiro, assim que tiver conhecimento, de fatos que possam estar relacionados à lavagem de dinheiro e fraude;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Compartilhar, sempre que julgar necessário e mediante autorização do gerente de auditoria interna, informações e evidências com a auditoria externa e com os órgãos reguladores;
- Deixar à disposição da auditoria externa e dos órgãos supervisores os relatórios de auditoria interna, pelo prazo de 5 anos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que também aborda riscos de mercado aprovada em 12 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar as empresas, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de inflação, políticas cambiais, redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito, políticas monetárias, taxas de juros, instabilidades sociais ou políticas, controles sobre exportações e importações, políticas fiscais e legislação tributária e outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, é importante destacar que as operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural, e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem representar um risco, com efeitos adversos nos resultados, para os quais são desenvolvidos mecanismos de proteção específicos.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Em complemento a estas informações, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- *Non Deliverable Forward* (NDF)
- Financiamentos em moeda estrangeira

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Hierarquia de valor justo e parâmetros utilizados:

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado passivos idênticos;

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2.

Além disso, a Companhia, através do seu Comitê Executivo, sua Diretoria, sua gestão e seus comitês internos acompanha constantemente as condições de mercado, os indicadores macroeconômicos e as decisões de governos. Com isso a companhia monitora continuamente essas informações para avaliar a situação e com isso busca tomar decisões e se proteger contra os riscos que advém das condições econômicas, políticas, de inflação e de Governo.

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Companhia antes da tributação, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de encerramento do exercício, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou variação positiva de 14,5% (8,5% negativa em 2017 e 4,8% positiva em 2016). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia, também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável por estabelecer procedimentos e parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área da Controladoria estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de liquidez e de mercado/governamentais, verifica e monitora regularmente a posição de liquidez da instituição, estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de crédito a que as Empresas Randon estão sujeitas, verifica regularmente a posição da carteira de crédito das empresas fornecendo as áreas afins as informações necessárias para a condução dos seus negócios e verifica periodicamente as estratégias, políticas e procedimentos da gestão de crédito das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidades de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* facilitando a comunicação e a divulgação de informações ou procedimentos que sejam

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado
necessários, bem como reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Tais riscos possuem indicadores que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto as Empresas, reduzindo perdas e evitando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Além disso, a Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-Presidência Administrativa Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) e de Controladoria para a sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de Auditoria Interna provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos do grupo, reportando diretamente ao Conselho de Administração os pontos de auditoria identificados que abordam a exposição frente aos riscos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de Auditoria Interna são reportados por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Para todas as deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

Adicionalmente, as fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna que demonstrem vulnerabilidades e que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - International Professional Practices Framework – emitido pelo IIA -The Institute of Internal Auditors.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015, realizados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia como sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais, e têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram e recomendaram, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os seguintes aspectos relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras:

i) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques

Situação observada

Durante a nossa avaliação dos procedimentos de inventários cíclicos identificamos que no depósito 500 denominado “Expedição” na controladora Fras-le S.A., houve a implementação do sistema “Spark”, visando a otimização dos processos de logística e expedição, entretanto, o referido sistema não atendeu as demandas necessárias para o volume de transações ocorridas na expedição da Companhia o que acarretou em falhas no controle dos estoques. Ao realizarmos os procedimentos de acompanhamento das contagens físicas dos estoques, não obtivemos evidências adequadas para concluir que os estoques haviam sido contados em sua totalidade ao menos uma vez durante o ano fiscal, tendo em vista que foram encontradas diversas divergências quando da realização das nossas contagens e não havia registro sistêmico evidenciando essas contagens. Dessa forma identificamos que o referido depósito denominado “Expedição” na controladora Fras-le S.A., não havia recebido o devido acompanhamento para as contagens cíclicas, além de não estar atendendo os procedimentos normalmente aplicados pela Companhia em suas políticas de contagens previamente estabelecidas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização da inspeção física pela Companhia:

- Desorganização do depósito e dos produtos lá armazenados, ou seja, diversos itens armazenados em posições diferentes das cadastradas no sistema;
- Divergências entre as quantidades constantes no sistema e as quantidades constantes nas posições físicas no interior do depósito;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Ausência de evidência sistêmica sobre a quantidade de itens contados durante o ano fiscal de análise.

Recomendação

Observação das políticas de controles internos sobre a realização dos inventários pela Companhia, para o cumprimento e a realização das contagens para 100% dos itens constantes nos estoques ao menos uma vez a cada data de reporte, além de procedimentos de prevenção que possam mitigar os eventos ocorridos quando da implementação de novos sistemas de gestão de estoques.

ii) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques (controlada Freios Controil Ltda.)

Situação observada

Identificamos no decorrer dos procedimentos de acompanhamento do inventário físico dos estoques na controlada, diversas divergências de quantidades durante a realização das contagens, isso por conta da implantação do sistema “Spark” (mesmo utilizado na controladora Fras-le S.A.), o que acarretou na posterior invalidação do procedimento de inventário pela própria empresa. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização da inspeção física pela controlada:

- Desorganização do depósito e dos produtos lá armazenados, ou seja, diversos itens armazenados em posições diferentes das cadastradas no sistema;
- Divergências entre as quantidades constantes no sistema e as quantidades constantes nas posições físicas no interior do depósito.

Recomendação

Observação das políticas de controles internos sobre a realização de inventários pela Empresa, tendo em vista o atendimento dos procedimentos geralmente executados pelo Grupo, além de procedimentos de prevenção que possam mitigar os eventos ocorridos quando da implementação de novos sistemas de gestão de estoques.

iii) Ausência de política formal para testes de impairment

Situação observada

Observamos que a Companhia não possui política formal para testes de impairment de seus ativos não financeiros, relacionada a suas avaliações, análises e demais considerações nas definições de premissas, unidades geradoras de caixa, taxa de desconto, entre outras.

Recomendação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos que a Companhia implemente política e procedimentos formais relacionados as análises de seus testes de impairment de ativos não financeiros.

iv) Fragilidades no processo de concessão de acessos aos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Situação Observada

De uma amostra de 40 usuários criados no período de 01/01/2018 a 31/12/2018 (população = 1611) nos sistemas SAP ECP e/ou SAP EHP, identificamos o seguinte cenário:

- 10 concessões de acesso aprovadas por gestores, porém, baseadas em usuário já existente (cópia de perfil);
- Nove concessões de acesso não aprovadas por gestores das áreas de negócio, e, desses, um usuário criado com base em usuário já existente (cópia de perfil); e
- Não foi localizado o chamado para três concessões de acesso.

Recomendações

Todos os profissionais admitidos na Empresa somente devem possuir acesso aos sistemas e transações críticas após aprovação formal dos respectivos gestores das áreas de negócio.

v) Fragilidades no processo de revogação de acessos aos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Situação Observada

De uma amostra de 25 usuários associados a colaboradores desligados da Fras-le no período de 01/01/2018 a 31/12/2018 (população = 108) nos sistemas SAP ECP e/ou SAP EHP, identificamos o seguinte cenário:

- 21 usuários bloqueados entre dois e sete dias após a data de desligamento dos respectivos colaboradores.

Adicionalmente, o sistema SAP ECP registrou acesso posterior à data de desligamento para nove usuários.

Recomendações

- Adotar procedimento de exclusão ou bloqueio imediato das contas de acesso dos funcionários desligados;
- Implementar procedimento de revisão periódica das contas ativas e nos sistemas SAP ECP e SAP EHP.

vi) Ausência de controle formal para utilização de usuários genéricos nos sistemas SAP ECP e SAP EHP

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação Observada

SAP ECP:

Foram identificados 17 usuários genéricos sem documentação formal suporte apresentando assinatura dos colaboradores responsáveis e dos coordenadores/gestores das áreas para as contas genéricas.

SAP EHP:

Foram identificados quatro usuários genéricos sem documentação formal suporte apresentando assinatura dos colaboradores responsáveis e dos coordenadores/gestores das áreas para as contas genéricas.

Adicionalmente, não há documentação formal suporte apresentando assinatura dos colaboradores responsáveis e dos coordenadores/gestores das áreas para cada conta genérica.

Recomendações

- Avaliar a possibilidade de renomear estes usuários para uma conta individual ou excluí-los caso não seja mais necessário o acesso;
- Caso seja necessária a existência de usuários genéricos, deve ser criada uma documentação formal para estes usuários, descrevendo quem são os profissionais responsáveis e para que são utilizados. Esta documentação deve ser assinada pelos colaboradores responsáveis e pelos coordenadores/gestores das áreas.

vii) Existência de usuários com acesso privilegiado associados a profissionais das áreas de negócio no sistema SAP ECP, existência de usuários genéricos com acesso privilegiado aos sistemas SAP ECP e SAP EHP e ausência de aprovação para acessos SAP ALL e SAP NEW

Situação Observada

SAP ECP:

- Foram identificados três usuários genéricos com acesso às transações "PFCG" (Role Maintenance) e "SU01" (User Maintenance);
- Foram identificados 246 usuários associados a colaboradores de áreas de Negócio com acesso às transações "PFCG" (Role Maintenance) e "SU01" (User Maintenance).

SAP EHP:

- Foram identificados três usuários genéricos com acesso às transações "PFCG" (Role Maintenance) e "SU01" (User Maintenance).

Adicionalmente:

- Foram identificadas seis concessões de acesso ao perfil "SAP_ALL" sem aprovação formal e, dessas, três auto-concessões; e
- Foram identificadas duas concessões de acesso ao perfil "SAP_NEW", ambas sem aprovação formal.

Recomendações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Excluir o acesso privilegiado de usuários associados a profissionais das áreas de negócio. Estes profissionais devem possuir acesso a realizar as atividades de suas áreas, sem a gestão plena do sistema. Apenas usuários de TI devem possuir acesso privilegiado aos sistemas;
- Identificar os usuários genéricos (regulares e administradores) no sistema SAP e avaliar a possibilidade de renomeá-los para uma conta individual ou excluí-los caso não seja mais necessário o seu acesso;
- Caso seja necessária a existência de usuários genéricos, deve ser criada uma documentação formal para estes usuários, descrevendo quem são os profissionais responsáveis e para que são utilizados.
- Definir um fluxo para que as solicitações das concessões de acesso a perfis privilegiados ("SAP_ALL" e "SAP_NEW") dos sistemas SAP ECP e SAP EHP sejam formalmente aprovadas por gestores da área de TI. O motivo para a liberação deste acesso deve ser registrado. Usuários genéricos não devem possuir acesso privilegiado aos sistemas SAP ECP e SAP EHP.

viii) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Situação observada

De forma geral, os lançamentos contábeis registrados pela Companhia ocorrem de forma parametrizada e automatizada através de seu sistema informatizado (ERP) para as transações rotineiras do negócio da Companhia. Em algumas situações, é necessária a existência de lançamentos realizados de forma manual/não automatizada, que em geral, envolvem julgamento crítico por parte da Administração da Companhia. Esses julgamentos críticos estão descritos nas demonstrações financeiras e os lançamentos são registrados contabilmente sem haver um procedimento formal de aprovação e/ou revisão.

Recomendação

Recomendamos a implementação de sistemas informatizados que possuam a funcionalidade de bloqueio dos lançamentos realizados manualmente, e possuam a possibilidade do registro efetivos somente após aprovação formal pelo nível adequado de governança corporativa; ou a implementação de controles de revisão posterior de todos os lançamentos realizados com essa característica.

ix) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

Situação observada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia realiza conciliações contábeis para contas/rubricas contábeis significativas com a periodicidade mensal. As conciliações são realizadas principalmente pelo departamento de contabilidade/controladoria, e as conciliações citadas são revisadas tempestivamente por profissional mais sênior do departamento. No entanto, não nos foi possível identificar a adequada formalização quanto à preparação e revisão dessas conciliações contábeis.

Recomendação

Formalizar adequadamente a revisão das conciliações contábeis para identificar possíveis divergências e pendências antigas não resolvidas, com a assinatura de preparação e a revisão por profissional mais experiente.

x) Procedimentos realizados sobre o inventário físico dos estoques

Situação observada

Durante a realização dos inventários cíclicos sobre os estoques da Companhia e suas controladas são utilizadas políticas de contagens previamente estabelecidas. Em geral, essas políticas determinam a necessidade de dupla contagens dos estoques presentes em cada localidade, a identificação adequada dos itens a serem inventariados, e de ajustes de potenciais divergências das quantidades de itens identificados durante as contagens físicas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização das inspeções físicas pela Companhia:

- Não realização dos procedimentos de segunda contagem dos estoques presentes em cada localidade; e
- Realização de procedimentos de inspeção física de forma independente, e sem previsibilidade das quantidades a serem inventariadas.

Recomendação

Observação das políticas de controles internos sobre a realização de inventários pela Companhia.

xi) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Situação observada

Em grande parte das negociações de venda, as entregas dos produtos são realizadas diretamente nas instalações do cliente. A Companhia possui controles sobre a saída e sobre a entrega dos produtos, e esses controles são formalizados através da conferência e assinatura dos comprovantes de embarque das mercadorias. Em determinadas situações, não nos foi possível obter a evidência de que o controle de assinaturas dos comprovantes de embarque das mercadorias foi executado conforme determina as práticas geralmente aplicadas pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

De forma geral, a transferência dos riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos aos clientes, e a receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das negociações de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos ao comprador.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia, em relação aos controles internos sobre o embarque dos produtos.

xii) Ausência da revisão de perfis de acesso dos usuários dos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Situação Observada

Não ocorreram revisões periódicas de todos os perfis de acesso e de todos os usuários dos sistemas SAP ECP e SAP EHP, formalmente validadas pelos gestores das áreas de negócios do Grupo.

Recomendações

Revisar periodicamente e formalmente os perfis de acesso dos usuários dos sistemas SAP ECP e SAP EHP. A revisão deve ser feita pelos gestores das áreas dos profissionais, para todos os usuários do sistema, e formalmente validada. A documentação de revisão deve incluir as transações / níveis de acesso que cada usuário possui no sistema.

xiii) Fragilidades no processo de gerenciamento de mudanças do sistema SAP

Situação Observada

De uma amostra de 40 requests/mudanças do sistema SAP implementadas no ambiente de produção do período de 01/01/2018 a 31/12/2018 (população = 1986), identificamos o seguinte cenário:

- Não identificamos a documentação formal de aprovação e homologação para 13 requests;
- Para 13 requests relacionadas a projetos e melhorias, não foi localizada RA assinada; e
- Adicionalmente, para cinco casos não é possível estabelecer uma relação formal entre as requests versus mudanças aprovadas pelo comitê GMUD e, para um caso não foi possível identificar a aprovação formal na ata GMUD.

Recomendações

- Mudanças sistêmicas (requests) devem ser formalmente aprovadas por gestores das áreas da Empresa para serem desenvolvidas e/ou para autorizadas para implementação no ambiente de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

produção. As aprovações devem ser armazenadas. Os documentos de aprovação de mudanças devem registrar a quais requests as mudanças estão associadas;

- O plano formal de testes deve apresentar o descritivo do que foi testado, evidências dos testes e validação formal de quem realizou os testes, de forma que seja possível estabelecer uma relação entre o plano formal de testes e o número da request testada, assim como qual usuário realizou os testes (com a efetiva participação dos usuários das áreas de negócios). O usuário que realizou os testes deve formalmente validar o mesmo, seja em documento físico (assinatura) ou em meio digital (SolMan ou outra ferramenta sistêmica);
- Determinar no procedimento “Gestão de Mudanças” as regras para a solicitação e o desenvolvimento de queries relacionadas à importação/exportação de dados de/para planilhas eletrônicas (LSMW e queries). Se necessário, a área usuária deve solicitar formalmente a customização de uma funcionalidade ou criação de um relatório. Nestes casos, é obrigatório atender o procedimento já existente do GMUD.

xiv) Fragilidades no acesso para implementação de mudanças (requests) dos sistemas SAP ECP e SAP EHP no ambiente de produção

Situação Observada

SAP EHP:

- Foi identificado um usuário (genérico) do sistema SAP ECP com acesso à transação STMS e à tabela para usuário de desenvolvimento (DEVACCESS);
- Adicionalmente, foram identificados três usuários genéricos do sistema SAP ECP com acesso à transação STMS;
- Foi identificado que dois usuários genéricos (“ADMIN” e “DDIC”) implementaram, respectivamente, 10 e 38 requests no ambiente de produção no período auditado; e
- Foi identificado que cinco requests do sistema SAP ECP foram desenvolvidas (Titular) e implementadas (Usuário) pelo mesmo usuário, não havendo segregação de função entre desenvolvimento e implementação no ambiente de produção.

Recomendações

- Apenas usuários de TI (nominais e não desenvolvedores) devem ter acesso a migrar mudanças ao ambiente de produção do sistema SAP. Remover o acesso dos usuários com acesso para implementar mudanças no ambiente de produção do sistema SAP e que também estão na tabela para usuários de desenvolvimento (DEVACCESS);
- Remover o acesso dos usuários genéricos e dos usuários associados a terceiros das áreas de negócio que possuem acesso para implementar mudanças no ambiente de produção do sistema SAP.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

i) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques

Comentários da Administração

Após o Go Live para o sistema Spark (fevereiro/2018), houveram dificuldades de realização e registro de contagens no sistema novo. Após o retorno para o sistema SAP de armazenagem (agosto/2018), foi realizado um esforço de contagens visando atender os requisitos demandados pela auditoria externa (KPMG), conforme documentos registrados no SAP. A partir de janeiro de 2019, foi retomada a prática de realizações de contagens, conforme a IT de inventários cíclicos e também foi acrescentado um funcionário à estrutura para dinamizar as contagens.

ii) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques (controlada Freios Controil Ltda.)

Comentários da Administração

Quanto à situação observada acima, estamos com planos de ações abertos junto a nossa equipe de TI no que tange a integração dos sistemas SAP e SPARK. As melhorias estão com prazo de entrega até 30/06/19.

Quanto aos inventários, executamos na primeira semana de janeiro de 2019 o inventário geral do Almoarifado 500 (Expedição), que resultou em uma acuracidade de 96%. A partir deste momento preparamos pessoas da equipe quanto a organização e controle de estoques, e em abril de 2019, iniciamos os processos de inventários cíclicos, com auxílio de um analista de logística dedicado ao processo.

iii) Ausência de política formal para testes de impairment

Comentários da Administração

A política formal com as premissas para avaliação de impairment está formalizada no Guidance Contábil edição 1 de 2018, aprovado pela administração em dezembro de 2018. Nesta data, a administração realizou avaliação de impairment de acordo com essas premissas e não identificou indicadores de redução no valor recuperável de ativos. Essa avaliação foi formalizada em memorando.

iv) Fragilidades no processo de concessão de acessos aos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Comentários da Administração

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A partir de Janeiro/2019, todos os acessos SAP são liberados via sistema AutoSeg. Nesse sistema está configurado workflow com alçadas de aprovação para cada acesso solicitado. Os acessos críticos são aprovados pela gestão.

No mês de abril/2019 foi aprovado no Comitê de TI a revisão dos perfis de acesso, portanto os acessos liberados anteriormente a essa data prevalecem essa aprovação.

v) Fragilidades no processo de revogação de acessos aos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Comentários da Administração

Foi realizado um ajuste no processo de desligamento no RH para reduzir o tempo entre o desligamento e o registro no sistema. Será ajustado o sistema AutoSeg para verificar de 2 em 2 horas se existe funcionário bloqueado (hoje ocorre apenas 1 vez ao dia), com isso reduzindo o tempo entre o desligamento e o bloqueio no sistema.

vi) Ausência de controle formal para utilização de usuários genéricos nos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Comentários da Administração

Serão revisados os usuários existentes e criado um processo de criação para novos usuários contemplando workflow com alçadas de aprovação.

vii) Existência de usuários com acesso privilegiado associados a profissionais das áreas de negócio no sistema SAP ECP, existência de usuários genéricos com acesso privilegiado aos sistemas SAP ECP e SAP EHP e ausência de aprovação para acessos SAP ALL e SAP NEW

Comentários da Administração

Durante a auditoria foi identificado um acesso errôneo e o mesmo foi corrigido.

Quanto aos usuários genéricos, os mesmos serão reavaliados para verificar a necessidade do acesso.

Como possuímos uma ferramenta de cofre de senhas (SAST) não é permitida a liberação de SAP_ALL e SAP_NEW, pois a mesma compreende tal acesso.

viii) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Comentários da Administração

O processo de redução dos lançamentos manuais já foi iniciado no ano de 2018 com a identificação da origem dos lançamentos. A Companhia está realizando mapeamento dos lançamentos com essa classificação e identificou diversos inputs de jobs do sistema ERP – SAP que classificam esses lançamentos como manuais, porém não possuem essa característica.

Como controle complementar para mitigarmos o risco dos lançamentos manuais sem aprovação e revisão, o setor contábil realiza trimestralmente, a partir de dezembro de 2018, um processo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

de formalização de conciliação das contas contábeis. No ano de 2019, a Companhia está trabalhando na implantação deste processo para todos os departamentos, com previsão de conclusão em 2020.

ix) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

Comentários da Administração

O setor contábil realiza trimestralmente, a partir de dezembro de 2018, um processo de formalização de conciliação das contas contábeis. No ano de 2019, a Companhia está trabalhando na implantação deste processo para todos os departamentos, com previsão de conclusão em 2020.

x) Procedimentos realizados sobre o inventário físico dos estoques

Comentários da Administração

Após o Go Live para o sistema Spark (fevereiro/2018), houveram dificuldades de realização e registro de contagens no sistema novo. Após o retorno para o sistema SAP de armazenagem (agosto/2018), foi realizado um esforço de contagens visando atender os requisitos demandados pela auditoria externa (KPMG), conforme documentos registrados no SAP. A partir de janeiro de 2019, foi retomada a prática de realizações de contagens, conforme a IT de inventários cíclicos e também foi acrescentado um funcionário à estrutura para dinamizar as contagens.

xi) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Comentários da Administração

Foram revisados os procedimentos referentes ao envio de documentação entre saída da expedição e portaria da Fras-le. Definido em conjunto com a segurança patrimonial o modelo a ser seguido, gerado documento e disponibilizado para portaria.

Implantação do sistema do ALL TRACKING (monitoramento em tempo real da carga).

xii) Ausência da revisão de perfis de acesso dos usuários dos sistemas SAP ECP e SAP EHP

Comentários da Administração

No mês de abril/2019 foi aprovado no Comitê de TI a revisão dos perfis de acesso. A partir dessa primeira revisão, será elaborado um processo de revisão de acesso anual.

xiii) Fragilidades no processo de gerenciamento de mudanças do sistema SAP

Comentários da Administração

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Será revisto o processo de demanda/projeto para contemplar a aprovação (ata) do Comitê de Arquitetura e Governança. Além disso, será alinhado com a TIVIT para que todas as mudanças (atualizações de sistemas ou aplicação de notas) sejam formalizadas no nosso processo de GMUD.

xiv) Fragilidades no acesso para implementação de mudanças (requests) dos sistemas SAP ECP e SAP EHP no ambiente de produção**Comentários da Administração**

Será revisado os usuários que possuem acesso a desenvolver e transportar request para manter o nível de segregação.

Os usuários "ADMIN" e "DDIC" serão desativados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal *Due Diligence*, ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A companhia possui a Política Anticorrupção que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que as Empresas Randon e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios das Empresas Randon e tem como principal objetivo orientar e compreender o que são condutas éticas, contribuindo as melhores escolhas diante de situações do cotidiano, dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de *Due Diligence* é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

O Código de Ética e as políticas corporativas são revisados anualmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A companhia possui a Política de *Compliance* aprovada pelo Conselho da Administração em 13 de julho de 2017 que visa orientar a função de *compliance* das Empresas Randon, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração das Empresas Randon independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido à terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados) e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, podendo ser encontrado no endereço:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações do endomarketing para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

Em caso de violação, desvios aos valores, políticas ou cometimento de infrações legais e/ou contratuais, são aplicadas as sanções conforme previsto na Política de Consequências.

(b) canal de denúncia

O Canal de Ética aplica-se a funcionários e terceiros para todas Empresas Randon, suas coligadas, controladas, subsidiárias nas quais detenha sua integralidade ou participação, bem como empresas sob controle comum. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios das Empresas Randon e/ou a legislação vigente.

O funcionário ou terceiro pode entrar em contato com o Canal de Ética através dos seguintes meios:

- Site: <https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.
- E-mail: compliance@empresasrandon.com.br

A gestão e operação do Canal de Ética é realizada pela ICTS, uma empresa especializada em captação de relatos, garantindo total sigilo e confidencialidade. As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética das Empresas Randon, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A companhia possui equipe própria e formal capacitada especialmente para assessorar a diretoria neste tipo de operação. Esta equipe se encarrega de acionar as demais equipes que precisam ser envolvidas em um processo desta natureza, além de garantir o atendimento aos requisitos previstos em procedimento específico. Este procedimento está descrito, documentado e controlado pelo sistema de gestão e orienta as fases a serem atendidas ao longo do processo.

Além de organizar os passos a serem seguidos, este documento define a prática de diligências prévias com o objetivo de avaliar de forma independente os riscos de natureza legal, tributária, econômica e ambiental e outros que sejam identificados pela equipe ou diretoria ao longo do processo. As diligências bem como seu resultado são feitas e apresentadas por empresas terceiras de reconhecida reputação nos ramos em que atuam passando por avaliação interna da equipe de Fusões & Aquisições da empresa.

Os resultados são apresentados pela diretoria que conduz o processo de negociação bem como a apresentação e aprovação das operações junto ao Comitê Executivo (não estatutário) bem como o Conselho de Administração da companhia. Nestes fóruns, são avaliados e discutidos os principais detalhes das operações, bem como avaliações econômicas e riscos que o negócio pode apresentar. Bem como quais as medidas de mitigação de risco serão tomadas, as quais envolvem, não se limitando à indicação de condições suspensivas e/ou precedentes à transação e provimento de garantias como conta de retenção e hipotecas em nome da Fras-le.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.fras-le.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela administração da Companhia na condução de seus negócios:

	Exercício social encerrado em (em R\$ mil)			Variações horizontais (em %, exceto se de outra forma indicado)	
	2018	2017	2016	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita bruta de vendas	1.459.825	1.100.063	1.048.779	32,7%	4,9%
Receita bruta no mercado externo	592.555	414.703	443.011	42,9%	-6,4%
Receita bruta no mercado doméstico	867.270	685.360	605.768	26,5%	13,1%
Receita líquida	1.141.149	832.831	812.666	37,0%	2,5%
Receita líquida no mercado externo	592.555	414.703	443.011	42,9%	-6,4%
Receita líquida no mercado doméstico	548.595	418.128	369.655	31,2%	13,1%
EBITDA⁽¹⁾	183.862	106.432	123.653	72,8%	-13,9%
Margem EBITDA⁽²⁾	16,1%	12,8%	15,2%	3,3 pp	-2,4 pp
Lucro bruto	303.620	217.167	232.043	39,8%	-6,4%
Lucro líquido	88.561	64.160	64.477	38,0%	-0,5%
Margem Líquida⁽³⁾	7,8%	7,7%	7,9%	0,1 pp	-0,2 pp
Patrimônio Líquido	826.560	783.021	773.042	5,6%	1,3%
Retorno sobre o PL⁽⁴⁾	10,7%	8,2%	8,3%	2,5 pp	-0,1 pp
Dívida Bruta⁽⁵⁾	371.760	220.256	256.168	68,8%	-14,0%
Curto prazo	157.413	135.038	117.307	16,6%	15,1%
Longo prazo	214.347	85.218	138.861	151,5%	-38,6%

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das despesas de imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(3) Lucro Líquido dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(4) Lucro Líquido dividido pelo patrimônio líquido.

(5) A dívida bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

No ano de 2018 a receita líquida consolidada superou a escala dos milhões, atingindo a cifra de R\$ 1.141,1 bilhão, representando uma evolução de 37,0% comparado aos R\$ 832,8 milhões de 2017. Além das aquisições, a melhor performance das receitas também reflete os maiores volumes de vendas na maioria dos segmentos, nos principais mercados em que a Companhia atua. O câmbio foi outro fator importante para a evolução das receitas, analisando no aspecto das exportações, pois o dólar médio de R\$ 3,65 em 2018 apresentou elevação de 14,5%, comparado com os R\$ 3,19 em 2017. Também é importante considerar que a composição do mix de vendas de 2018 foi mais favorável na comparação com ano anterior.

Receita Líquida por Mercados							
Mercados	2018		2017		Δ %	2016	
MI Reposição	454,6	39,8%	356,1	42,8%	27,7%	316,8	39,0%
MI Montadora	94,0	8,2%	62,1	7,5%	51,4%	52,9	6,5%
Mercado Interno	548,6	48,1%	418,1	50,2%	31,2%	369,7	45,5%
ME Reposição	547,3	48,0%	372,5	44,7%	46,9%	397,6	48,9%
ME Montadora	45,2	4,0%	42,2	5,1%	7,2%	45,4	5,6%
Mercado Externo	592,6	51,9%	414,7	49,8%	42,9%	443,0	54,5%
Total Rec. Líquida Reposição	1.001,9	87,8%	728,6	87,5%	37,5%	714,4	87,9%
Total Rec. Líquida Montadoras	139,2	12,2%	104,3	12,5%	33,5%	98,3	12,1%
Total Rec. Líquida	1.141,1	100,0%	832,8	100,0%	37,0%	812,7	100,0%

Valores em R\$ milhões

O lucro bruto consolidado de 2018 de R\$ 303,6 milhões, apresentou evolução de 39,8% comparado aos R\$ 217,2 milhões de 2017, e atingiu uma margem bruta de 26,6%, sendo que além da combinação câmbio com os maiores volumes de vendas, também reflete neste desempenho a composição mais favorável do *mix* de produtos vendidos ao longo do ano. Por outro lado, este desempenho está afetado pela combinação dos diversos fatores já relatados, que influenciaram no desempenho das receitas, e nos custos de produção. Quanto aos efeitos da adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o lucro bruto absorveu R\$ 2,4 milhões negativo, considerando a diferença entre a receita e os custos produtivos ajustados.

O grupo de despesas operacionais, que se destacou no primeiro trimestre de 2018, em decorrência da compra vantajosa apurada na aquisição da Jurid do Brasil, encerrou o ano de 2018 apresentando uma evolução de 7,8% comparado ao ano anterior. Apesar do efeito positivo no primeiro trimestre e do crescimento das receitas de vendas, este nível não foi suficiente para diluir a estrutura de despesas agregada com as recentes aquisições, além de outros eventos a serem explicados a seguir.

	2018	%	2017	%	Δ %	2016	%
Despesas c/ Vendas	-115,0	-10,1%	-75,2	-9,0%	53,0%	-66,8	-8,2%
Despesas Administrativas	-94,8	-8,3%	-62,6	-7,5%	51,5%	-59,3	-7,3%
Outras Despesas / Receitas	46,0	4,0%	-14,1	-1,7%	-425,4%	-22,3	-2,7%
Outras Despesas Operacionais	-22,7	-2,0%	-33,7	-4,0%	-32,7%	-29,0	-3,6%
Outras Receitas Operacionais	68,7	6,0%	19,5	2,3%	252,0%	6,7	0,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-163,8	-14,4%	-151,9	-18,2%	7,8%	-148,4	-18,3%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

As despesas com vendas somaram R\$ 115,0 milhões em 2018, e apresentaram evolução de 53,0% comparado ao ano de 2017, representando 10,1% da receita líquida consolidada. Além das despesas que migraram das consolidações, inclusive ramp up, também contribuiu para o maior nível de despesas comerciais a elevação dos gastos logísticos por consequência de reajustes na tabela de fretes, e ainda, a reoneração da folha de pagamento.

Nas despesas administrativas, no montante de R\$ 94,8 milhões em 2018, a evolução corresponde a 51,5% em relação ao ano de 2017, representando 8,3% das receitas. Da mesma forma, o maior nível reflete as despesas que migraram pelas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

consolidações, inclusive ramp up, gastos com assessorias em projetos de M&A ocorridos ao longo do ano, e da mesma forma, a reoneração da folha.

As outras despesas e receitas operacionais absorveram as maiores variações decorrentes da consolidação das aquisições, com destaque para o cálculo de mais valia, da controlada Jurid do Brasil, contabilizado no início do ano, que resultou em compra vantajosa, originando um ganho operacional de R\$ 52,5 milhões, contribuindo para as outras despesas e receitas operacionais encerrar 2018 com um saldo positivo líquido de R\$ 46,0 milhões.

O EBITDA consolidado somou R\$ 183,9 milhões em 2018, valor que representa um avanço de 72,8% comparado com o ano anterior, enquanto a margem EBITDA de 16,1% equivale a uma evolução de 3,4 pontos percentuais nas mesmas bases comparativas. Apesar do maior nível de despesas operacionais agregadas, a evolução é justificada por efeitos do cálculo do valor justo da controlada Jurid, que resultou em ganho operacional, conforme relatado nos comentários das despesas e receitas operacionais, e a melhor composição do mix de produtos vendidos em 2018. Deve ser considerado ainda, que o EBITDA reportado inclui um efeito negativo de R\$ 1,2 milhões, correspondente a composição líquida da receita, CPV e despesas operacionais, resultante da aplicação da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29).

O resultado financeiro líquido de R\$ 37,5 milhões negativo em 2018, sofreu um impacto significativo pela desvalorização do peso argentino e pela inflação na Argentina, que resultou em um nível elevado de despesas com variação cambial sobre os saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina. A redução dos recursos aplicados, para saldar os débitos decorrentes das aquisições, foi outro fator que influenciou para a alteração do resultado financeiro, pois reduziu as receitas financeiras oriundas de aplicações. Por outro lado, com a adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o resultado financeiro passou por um ajuste positivo líquido de R\$ 13,0 milhões na composição das contas de despesas e receitas financeiras, considerando também efeito de correção monetária, decorrente da adoção da norma.

Após os efeitos da adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), correspondente ao segundo semestre, o lucro líquido consolidado de 2018 atingiu o montante de R\$ 88,6 milhões, correspondendo a uma evolução de 38% comparado ao ano anterior, enquanto a margem líquida de 7,8% se manteve estável. É importante considerar que o melhor desempenho tem a contribuição dos efeitos do cálculo do valor justo na aquisição da Jurid do Brasil, no montante líquido de R\$ 34,7 milhões. Outro fator que é importante destacar, e que contribuiu para a boa performance do lucro líquido no período acumulado, foi o benefício fiscal de R\$ 16,9 milhões, pelo pagamento de juros sobre capital próprio. Além dos efeitos operacionais já destacado anteriormente, o resultado líquido reportado também absorve uma composição positiva de R\$ 13,0 milhões, relativo ao ajuste no resultado financeiro, e um impacto negativo de R\$ 2,7 milhões, correspondente a imposto de renda e contribuição social, ambos resultantes da adoção da norma (IAS 29).

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2018. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o ano de 2018 com um saldo de R\$ 230,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 141,2 milhões.

No ano de 2018 a Companhia amortizou R\$ 155,9 milhões, dos quais Fras-le Brasil correspondeu a R\$ 124,0 milhões em amortizações da dívida financeira, enquanto as controladas desembolsaram R\$ 31,9 milhões em amortizações.

A dívida financeira bruta consolidada encerrou o ano de 2018 com saldo de R\$ 371,8 milhões, sendo R\$ 157,4 milhões ou 42% correspondente ao curto prazo e R\$ 214,3 milhões ou 58% ao longo prazo, e R\$ 332,4 milhões ou 89% estão atrelados ao dólar, porém, parte do impacto cambial é mitigado pelo volume de exportações da Fras-le, o qual permite a formação de um hedge natural.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2018 o índice de endividamento foi de 0,8.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em 2017, a receita líquida consolidada somou R\$ 832,8 milhões, atingindo um melhor desempenho comparado com o exercício de 2016, com evolução de 2,5%. A boa performance das receitas se deve, em grande parte, pelo maior volume de vendas em todos os mercados e segmentos. Apesar da evolução, as receitas ainda foram impactadas negativamente pelo efeito cambial, pela diferença nas taxas entre os períodos, onde o dólar médio de 2017 de R\$ 3,19 apresentou-se 8,5% inferior aos R\$ 3,49 de 2016, refletindo sobre o montante faturado em dólares.

Apesar dos melhores volumes de vendas também refletirem positivamente na receita líquida, a performance das exportações em dólar foi inferior em 2017, o que se deve a fatores específicos, que comprometeram o desempenho das vendas em alguns países onde a Companhia atua, e serão explicados nos comentários sobre as exportações, na sequência deste relatório. Também ocorreu um volume maior de exclusões de receitas de exportação do final de 2017, devido a atrasos em desembaraços logísticos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, é importante lembrar que a redução nas receitas de exportação, relativo a impacto da política contábil de *hedge accounting*, totalizou R\$ 9,1 milhões no ano de 2017.

O lucro bruto consolidado de 2017, da mesma forma comprometido pelo efeito cambial nas exportações e pelo *hedge accounting*, apresentou queda comparado ao ano anterior. Embora a Companhia tenha sido beneficiada nas compras de matéria prima importada, por uma taxa de câmbio médio inferior em 2017, ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le, fato que também influenciou no desempenho do lucro bruto no ano de 2017.

Receita Líquida por Mercados								
Valores em R\$ milhões	2017		2016		Δ %	2015		
Mercados								
Reposição	356,1	42,8%	316,8	39,0%	12,4%	350,3	40,0%	
Montadoras	62,0	7,4%	52,9	6,5%	17,3%	78,5	9,0%	
Mercado Interno	418,1	50,2%	369,7	45,5%	13,1%	428,9	49,0%	
Reposição	372,5	44,7%	397,6	48,9%	-6,3%	393,6	45,0%	
Montadoras	42,2	5,1%	45,4	5,6%	-7,1%	52,5	6,0%	
Mercado Externo	414,7	49,8%	443,0	54,5%	-6,4%	446,1	51,0%	
Total Rec. Líquida Reposição	728,6	87,5%	714,4	87,9%	2,0%	744,0	85,0%	
Total Rec. Líquida Montadoras	104,2	12,5%	98,3	12,1%	6,0%	131,0	15,0%	
Total Rec. Líquida	832,8	100,0%	812,7	100,0%	2,5%	875,0	100,0%	

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas operacionais) somaram R\$ 151,9 milhões no ano de 2017, apresentando uma pequena evolução de 2,4% comparadas ao ano de 2016, quando havia somado R\$ 148,4 milhões. Estas despesas representaram 18,2% da receita líquida consolidada do exercício, enquanto em 2016 essa representatividade foi 17,0%. Este desempenho está melhor detalhado a seguir:

	2017	%	2016	%	Δ %	2015	%
Despesas com Vendas	-75,2	-9,0%	-66,8	-7,6%	12,5%	-88,2	-10,1%
Desps Gerais e Administrativas	-62,6	-7,5%	-59,3	-6,8%	5,6%	-69,1	-7,9%
Outras Desps/Recs Líquidas	-14,1	-1,7%	-22,3	-2,5%	-36,7%	-17,4	-2,0%
Outras Desps Operacionais	-33,7	-4,0%	-29,0	-3,3%	16,2%	-29,5	-3,4%
Outras Recs Operacionais	19,6	2,3%	6,7	0,8%	193,3%	12,1	1,4%
Total Desp/Rec Operacionais	-151,9	-18,2%	-148,4	-17,0%	2,3%	-174,7	-20,0%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

As despesas comerciais de 2017, equivalentes a R\$ 75,2 milhões, apresentaram-se superior na comparação com 2016, sendo que entre os fatores que influenciaram este aumento estão alguns programas de incentivo de vendas, aumento nas despesas com fretes, e parcela de despesas de vendas agregada pela aquisição das empresas Armetal, Farloc e Fanacif. Além dos fatores relacionados anteriormente, a base comparativa está comprometida para análise entre os períodos, devido a ocorrência em 2016 de reversões de provisões (devedores duvidosos e contingências).

As despesas administrativas, por sua vez, somaram R\$ 62,6 milhões em 2017, apresentando uma evolução de 5,6% em relação ao ano de 2016, fato que se deve ao maior volume de despesas com assessorias tributárias e jurídicas, e também, por parcela de despesas administrativas agregada de aquisições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O grupo de outras despesas/receitas apresentou variações atípicas, no exercício de 2017, entre as quais: i) contabilização de R\$ 8,8 milhões de despesas com *impairment*, constituído por subsidiária do exterior; ii) despesas por adesão a Programas de Regularização Tributária; e também, iii) parcela de outras despesas operacionais agregada de aquisições. Por outro lado, foi possível obter ganho de processos judiciais em curso, que beneficiou este grupo de despesas no montante de R\$ 9,2 milhões. Este *impairment* reconhecido pela subsidiária Fras-le North América, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio p/veículos pesados), localizada na subsidiária, não apresentou viabilidade econômica e nem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto.

O EBITDA consolidado, de R\$ 106,4 milhões em 2017, reflete os efeitos relacionados nos comentários das receitas de vendas e das despesas operacionais, apresentando uma redução de 13,9% em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA ficou em 12,8% no ano, que corresponde a uma redução de 2,4 pontos percentuais comparado à 2016. É importante ressaltar que o desempenho do EBITDA em 2017, reflete também o impacto do *hedge accounting* e das despesas com *impairment*.

Em 2017 o resultado financeiro líquido atingiu um superávit de R\$ 18,3 milhões, sendo equivalente a um desempenho 6,9 vezes maior que o superávit financeiro de R\$ 2,6 milhões no ano de 2016. Entre os principais fatores que contribuíram para este desempenho aparecem a redução dos saldos de empréstimos e financiamentos, e também, a redução nas taxas do câmbio, que teve efeito favorável na composição dos pagáveis e recebíveis sujeitos à variação cambial. O efeito da redução nas taxas de juros ao longo de 2017, sobre os saldos de recursos captados na oferta de ações ocorrida em 2016, e aplicados no mercado financeiro, foi atenuado tendo em vista que no ano passado estes recursos absorveram correção integral dos 12 meses do ano, enquanto em 2016 a correção correspondeu apenas a 9 meses pelo fato dos recursos ingressarem na Companhia no mês de abril.

O lucro líquido de 2017 também absorveu em seu desempenho, além dos fatores relacionados aos aspectos operacionais, variações do resultado financeiro, encerrando o período em R\$ 64,2 milhões, com uma margem líquida de 7,7%. Ocorreu também uma redução de alíquota de impostos nos Estados Unidos, que teve impacto negativo sobre ativos diferidos da controla Fras-le North América. É importante destacar que neste exercício está refletindo no lucro líquido um benefício fiscal de R\$ 17,9 milhões, pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2017. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 484,7 milhões, resultando em um superavit financeiro líquido de R\$ 264,4 milhões.

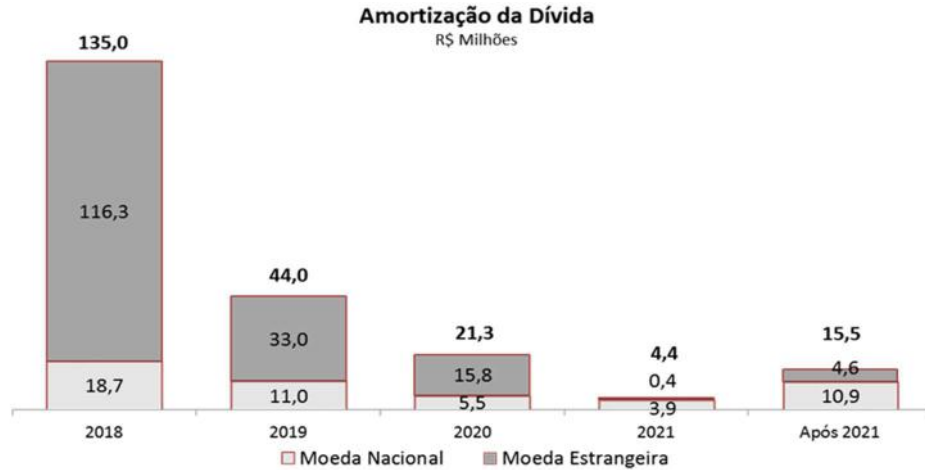
Em 2017 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 122,8 milhões da dívida financeira, enquanto as controladas somaram R\$ 15,2 milhões em amortizações. Foram tomados novos financiamentos na ordem de R\$ 80,1 milhões, pela Fras-le Brasil, basicamente para capital de giro, e R\$ 7,1 milhões através das controladas.

A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 220,3 milhões. Deste montante R\$ 135,0 milhões ou 61,3% correspondem ao curto prazo e R\$ 85,2 milhões ou 38,7% ao longo prazo, sendo R\$ 170,2 milhões ou 77,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atrelados ao dólar, porém, com possíveis impactos da variação cambial amenizados pelo hedge natural obtido através das exportações.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2017 o índice de endividamento foi de -2,5.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Além de volumes de vendas inferiores a receita líquida também sofreu influência de fatores pontuais em alguns trimestres, como o reconhecimento de variação cambial da parcela da dívida designada como *hedge accounting*, e também, o reposicionamento de preços mais abrangente, tanto no mercado nacional como no exterior, necessários para a manutenção e equilíbrio dos negócios frente ao atual cenário recessivo. No mercado externo contribuíram para o bom desempenho, o fim dos bloqueios alfandegários no mercado sul americano, e a recuperação das vendas em outras regiões que passaram por alguma instabilidade em 2015, como Europa, África e América Central. Por outro lado, ocorreu redução nas vendas de lonas de freio para veículos comerciais pesados na região do NAFTA,

Embora fatos eventuais como estes possam comprometer o desempenho das receitas em períodos específicos, é importante citar que a diversificação de segmentos e mercados em que a Companhia atua, o seu posicionamento no cenário global e a variedade de produtos que compõe o portfólio de vendas, são fatores importantes para o equilíbrio e a estabilidade da performance das vendas no médio e longo prazo.

Com a influência dos efeitos citados anteriormente, e apesar de uma pequena apreciação do dólar médio de 2016 frente ao real, (Em 2016 o dólar médio foi R\$ 3,49 enquanto em 2015 sua média ficou em R\$ 3,33), a receita líquida consolidada de R\$ 812,7 mil em 2016 apresentou retração de 7,1% comparada ao desempenho de 2015.

Receita líquida por mercados e produtos					
Valores em R\$ milhões e percentagem.	2015		2016		VAR 2015/2016
MERCADOS					
Externo	446,1	51,0%	443,0	54,5%	-0,7%
Reposição	350,3	40,0%	316,8	39,0%	-9,6%
Montadoras	78,5	9,0%	52,9	6,5%	-32,6%
TOTAL REC. LÍQUIDA P/ MERCADOS	875,0	100,0%	812,7	100,0%	-7,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apesar da estrutura operacional mais enxuta em relação a 2015 e o foco em oportunidades de redução de custos, o lucro bruto consolidado de 2016 sofreu influência de algumas ocorrências específicas durante o segundo semestre, as quais estão condicionadas ao comportamento da economia e variações da moeda. A combinação de alguns destes fatores, com os menores níveis de receitas de vendas, onerou os custos de produção, provocando uma redução nos níveis de lucro bruto da Companhia.

Entre os principais fatores que comprometeram o lucro bruto no decorrer do exercício de 2016 citamos: reposicionamento de preços, nos mercados doméstico e externo, sendo esta estratégia importante para a manutenção da base de clientes diante da atual conjuntura econômica; o efeito *hedge accounting* x variação cambial, absorvendo parcialmente as receitas de exportação e consequentemente refletindo no lucro bruto e na sua margem; outro ponto que refletiu de forma negativa no desempenho do lucro bruto foi o encerramento de processos de importações, que estavam pendentes de normatização legal no sistema SAP, sendo que com a regularização ocorreu o reconhecimento de custos operacionais, porém, teve como contrapartida receitas com variação cambial, favorecendo o desempenho do resultado financeiro.

Apesar destes efeitos, o comportamento do câmbio ao longo de 2016, foi favorável para atuação no mercado externo através das exportações, contribuindo também para diluir os efeitos da pressão inflacionária, com reduções ocorridas nos preços de algumas commodities e serviços adquiridos durante o primeiro semestre. Dessa forma o lucro bruto consolidado da Fras-le atingiu o montante de R\$ 232,0 milhões no ano de 2016, apresentando retração de 9,2% em comparação ao ano anterior, enquanto a margem bruta ficou em 28,5%, com uma leve redução de 0,7 ponto percentual.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas) somaram R\$ 148,4 milhões no ano de 2016, representando uma redução de 15,1% comparadas a 2015, onde haviam somado R\$ 174,7 milhões. Estas despesas representaram 18,3% da receita líquida consolidada de 2016, enquanto no ano anterior essa representatividade foi de 20,0%.

	2015	% S/ Rec. Líqu.	2016	% S/ Rec. Líqu.	VAR 2015 / 2016
Desps com Vendas	-88,2	-10,1%	-66,8	-8,2%	-24,2%
Desps Gerais e Administrativas	-69,1	-7,9%	-59,3	-7,3%	-14,3%
Outras Desps/Recs Oper Líquidas	-17,4	-2,0%	-22,3	-2,7%	28,1%
Outras Desps Operacionais	-29,5	-3,4%	-29,0	-3,6%	-1,8%
Outras Recs Operacionais	12,1	1,4%	6,7	0,8%	-44,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-174,7	-20,0%	-148,4	-18,3%	-15,1%

Valores em R\$ milhões.

O grupo de outras despesas/receitas operacionais encerrou o exercício de 2016 com um valor negativo de R\$ 22,3 milhões líquidos, que representou um aumento de 28,1% em comparação com 2015. Entre os principais eventos que influenciaram para esse aumento, aparecem, provisões para contingências, e também, uma redução do valor recuperável de ativo imobilizado da controlada Fras-le North America, *impairment*, equivalente R\$ 12,0 milhões.

No encerramento do exercício 2016, durante a realização dos testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio p/veículos pesados), localizada na controlada Fras-le North-America, não apresentou viabilidade econômica no momento, sendo que a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. Por outro lado, o cenário de desvalorização do Real (R\$) frente ao Dólar (US\$), tiveram impacto favorável no aumento da produção de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados) no Brasil, em relação a produção que seria realizada nos Estados Unidos, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* nesta unidade. O desdobramentos da nova política de câmbio promovida pelo atual governo do Estados Unidos sinalizam favorecimento a produção naquele país e novas análises sobre o tema serão feitas ao longo do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

próximo exercício. Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

O EBITDA consolidado de 2016 no montante de R\$ 123,7 milhões, mesmo absorvendo os efeitos das despesas operacionais, conseguiu apresentar evolução de 1,0% em comparação ao ano de 2015. A margem EBITDA encerrou o exercício em 15,2%, número que representou uma evolução de 1,2 pontos percentuais sobre o ano de 2015.

O resultado financeiro líquido de 2016 atingiu superávit de R\$ 2,6 milhões, sendo que esta cifra equivale a uma melhora de 119,3% comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 13,5 milhões negativo de 2015. Entre os fatores que influenciaram para esta mudança no perfil do resultado financeiro citamos: a variação cambial influenciando sobre a composição de pagáveis e recebíveis atrelados ao dólar, o menor nível de endividamento com a consequente redução das despesas com juros sobre financiamentos, e também, pelo maior nível de aplicações financeiras, resultando no aumento dos juros ativos.

Apesar de influenciado pelos eventos não recorrentes citados anteriormente, o lucro líquido teve em seu desempenho, além da contribuição do superávit financeiro no exercício de 2016, também o benefício fiscal de R\$ 5,4 milhões sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, resultando em um lucro líquido consolidado de R\$ 64,3 milhões, o qual mostrou uma evolução de 23,0% em comparação ao exercício 2015. A margem líquida consolidada encerrou o período em 7,9%, representando evolução de 1,9 pontos percentuais.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2016. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2016, este índice foi de 2,0.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 530,4 milhões, resultando em um superavit financeiro líquido de R\$ 274,2 milhões.

Durante o exercício de 2016 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 143,9 milhões da dívida financeira, enquanto as unidades controladas somaram R\$ 23,7 milhões em amortizações, atingindo dessa forma uma considerável redução no seu endividamento, já que em se tratando de novos financiamentos foram tomados apenas R\$ 64,8 milhões pela Fras-le Brasil, e R\$ 3,3 milhões através das unidades controladas, basicamente para capital de giro. A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 256,2 milhões, deste montante R\$ 117,3 milhões ou 45,8% correspondem ao curto prazo e R\$ 138,9 milhões ou 54,2% ao longo prazo, sendo que R\$ 191,8 milhões ou 74,9% estão atrelados ao dólar, porém, o volume de exportações da Fras-le permite um hedge natural para neutralizar possíveis impactos da variação cambial na dívida financeira.

A dívida consolidada de curto prazo da Companhia encerrou o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 117,3 milhões, para liquidação no decorrer de 2017, enquanto a dívida consolidada de longo prazo, equivalente a R\$ 138,9 milhões, está com um prazo de até 11 anos para amortização, a qual apresenta a seguinte composição:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2016 o índice de endividamento foi de -2,2.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis baixos de alavancagem, situação que faz parte de sua estratégia de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 826,6 milhões, comparado a R\$ 783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016.

O Aumento do patrimônio líquido de 5,6% ou R\$ 43,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, quando comparado com 31 de dezembro de 2017, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros e resultados abrangentes.

O Aumento do patrimônio líquido de 1,3% ou R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros e resultados abrangentes.

A operação

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 54,1% de capital próprio e 42,3% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2017 esta estrutura era composta por 57,7% de capital próprio e 42,3% de capital de terceiros, e em 31 de dezembro de 2016 esta estrutura era composta por 64,3% de capital próprio e 35,7% capital de terceiros, respectivamente, conforme evidenciado na tabela seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>
Capital próprio			
Capital social	600.000	600.000	600.000
Reserva de lucros	195.659	150.182	146.797
Outros resultados abrangentes	11.468	30.713	25.339
Participação de acionistas não controladores	19.433	2.126	906
Patrimônio líquido	826.560	783.021	773.042
Capital de terceiros			
Passivo circulante	373.147	418.321	240.781
Passivo não circulante	327.506	155.123	188.481
Total do passivo	700.653	573.444	429.262
Total do passivo e patrimônio líquido	1.527.213	1.356.465	1.202.304

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém boa capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação se mantém estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses) sendo que este apresentou significativa redução devido, em grande parte, pelo incremento de capital efetuado em decorrência da oferta de ações, que refletiu em aumento do saldo de recursos aplicados no mercado financeiro, e também, à redução nos níveis de dívida financeira, devido a liquidação de alguns empréstimos no período, ocorrendo com estes efeitos uma inversão do índice de endividamento, o qual passou a ser negativo em 2016. A redução no índice de liquidez de 3,3 em dezembro de 2016 para 2,1 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a valores apropriados no passivo circulante como outras exigibilidades, destinados a quitação de aquisições de empresas adquiridas no exterior. O índice de endividamento saiu da inversão passando -2,5 em 2017 para 0,8 em 2018, o que demonstra, com maior intensidade, a destinação de recursos para quitação de aquisições de empresas concluídas ao longo de 2018, sendo que o índice de liquidez corrente se manteve estável. A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de 0,8.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de -2,5.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 3,3 e o índice de endividamento foi de -2,2.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O caixa e equivalentes de caixa apresentou significativa redução ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução está relacionada ao volume de aquisições de empresas e novos negócios realizados pela Companhia no período.

O caixa e equivalentes de caixa se manteve estável ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. O caixa e equivalentes de caixa apresentou forte evolução em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 devido ao aumento de capital realizado, que tem o seu detalhamento feito no item b – Estrutura de Capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

	Financiamentos (em R\$ mil):	Indexador	Juros	Venciment o	Em 31 de dezembro de		
					2018	2017	2016
e)	Circulante						
	Moeda nacional:						
	Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4% a 5% a.a	02/2020	3.780	3.786	3.793
	BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	7.174	7.804	7.753
	Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	4.640	3.934	2.950
	Empréstimos capital de giro		4,5% a 8,7% a.a.	08/2018	-	66	1.425
	Vendor	Selic	3% a.a.	01/2019	3.830	3.098	2.630
	Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	-	-	335
	Moeda estrangeira:						
	Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	22.780	12.872	12.266
	Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	-	2.294	431
	BNDES	5,6 + Spread+	1,97% a.a.	01/2020	2.743	2.349	2.320
	IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	-	4.377
	Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	36.305	31.367	31.385
	Financiamento ME	Libor+Fixo+Var.cambia	7,86%	07/2025	13.446	-	-
	NCE	Fixo + Var.cambial	6,03% a.a.	02/2021	6.868	-	-
	ACC	Taxa fixa+Var.cambial	3,81% a 5,15%a.a	09/2017	48.597	67.468	47.642
	Finex, Finimp, Term Loan	Fixo+Var.cambial	2,75% a 5,77% a.a.	01/2037	7.250	-	-
					157.413	135.038	117.307
	Não circulante						
	Moeda nacional:						
	Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4 a 5% a.a.	02/2020	629	4.400	8.172
	BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	-	7.108	14.715
	Empréstimos bancários	CDI	118,5% a.a.	09/2021	3.000	-	-
	Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	16.356	19.808	22.508
	Empréstimo Finem	TJLP	9,94% a.a..	08/2018	-	-	65
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	15.698	6.263	11.851	
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	-	-	2.687	
Financiamento ME	Libor+Fixo+Var.cambia	7,86%	07/2025	113.069	-	-	
BNDES	5,6 + Spread	1,97% a.a.	01/2020	228	2.530	4.793	
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	17.612	45.109	74.070	
NCE	Fixo+Var.cambial	3,29% a 6,03% a.a.	02/2021	5.893	-	-	
Finex, Finimp, Term Loan	Fixo+Var.cambial	2,75% a 5,77% a.a.	01/2037	41.862	-	-	
				214.347	85.218	138.861	
Total de empréstimos sujeitos a juros					371.760	220.256	256.168

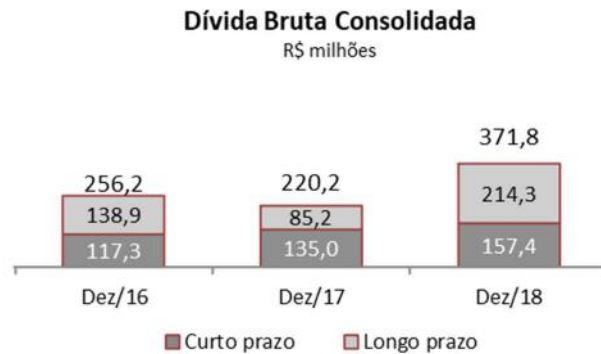
Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia utiliza no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e os empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A evolução da dívida bruta consolidada da Companhia, que compreendem as dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo, encontra-se representado pelos gráficos abaixo, segregados entre curto e longo prazo, conforme o prazo de vencimento, inferior ou superior a 12 meses. No gráfico seguinte observa-se níveis mais elevados em relação à média histórica dos últimos anos, devido à consolidação das novas aquisições e operações.



i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela constante da seção 10.1 (d) “Empréstimos e Financiamentos” deste Formulário de Referência compreende os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somavam em 31 de dezembro de 2018, R\$ 157,4 milhões, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 135,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2016, R\$ 117,3 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos à exportação, resolução 2770 NCE e empréstimos com recursos do BNDES, FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizaram em 31 de dezembro de 2018, R\$ 214,3 milhões, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 85,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2016, R\$ 138,9 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos à exportação, Tearm Loan, resolução 2770 NCE e empréstimos Fundopem.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, o contrato de financiamento nº 02.11.02.28.00, a ser quitado em 81 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 16 de novembro de 2011 e a última vencerá em 15 de fevereiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a TJLP + 5,0% ao ano. O contrato possui cláusula de vencimento antecipado da dívida na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contida no contrato, o que ocasionará a majoração da taxa de juros para TJLP acrescida de um spread de 10,0% ao ano sobre o saldo devedor. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 4,4 milhões.

Em 25 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento nº 13.2.0033.1, no valor de R\$ 109.046.000,00, a ser quitado em até 60 parcelas mensais, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 31 de julho de 2013 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de diferentes taxas de juros conforme as cinco parcelas de subcrédito, que variam de 1,97% ao ano acrescidos da TJLP, até 3% ao ano. Há cláusula de vencimento antecipado. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 10,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 21 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou com o Badesul Desenvolvimento S.A., um contrato de financiamento (Fundopem) nº 2770, a ser quitado em 96 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 23 de abril de 2007 e a última vencerá em 21 de maio de 2027. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a IPCA, acrescida de um spread de 3,0% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 21,0 milhões.

Em 02 de abril de 2012, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A., duas Notas de Crédito à Exportação de nº 106312040200020 e 106312042000090 ("NCEs"), no valor total de US\$50.000.000,00, a serem quitadas em 16 parcelas semestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. As primeiras parcelas venceram em 21 de setembro de 2012 e as últimas vencerão em 20 de março de 2020. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 4,5% ao ano, além da variação cambial. As NCEs estão sujeitas a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação pela Companhia de financiamentos ou recursos por meio de outros instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados a exportações; (ii) inadimplemento das obrigações constantes nas NCEs ou em qualquer outro contrato firmado com o banco; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) alteração ou modificação da composição do capital social ou mudança, transferência ou cessão do controle acionário; (v) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (vi) não observância pela Companhia da relação: dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x. As dívidas são garantidas por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 53,9 milhões.

Em 6 de junho de 2018, a Companhia celebrou com o Banco Safra S.A., um contrato de financiamento ("Financiamento ME") nº 101576/18, a ser quitado em 6 parcelas anuais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 7 de julho de 2018 e a última vencerá em 30 de maio de 2025. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a Libor acrescida de um *spread* de 2,97% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 126,0 milhões.

Em 3 de agosto de 2018, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil S.A. e China Construction Bank, um contrato de financiamento (Term loan), a ser quitado em 5 anos, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 29 de julho de 2019 e a última vencerá em 8 de agosto de 2023. O saldo devedor sofre incidência de juros acrescido de um spread de 2,75% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 33,4 milhões.

Em 5 de fevereiro de 1999, a Companhia celebrou com a *International Finance Corporation* ("IFC") um contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu dois empréstimos, no valor de US\$10.000.000,00 e US\$15.000.000,00 à Companhia. O primeiro empréstimo foi concedido e utilizado, porém o segundo empréstimo não veio a ser desembolsado e foi cancelado pela IFC, nos termos do contrato. Em 28 de setembro de 2007, a Companhia e a IFC celebraram um aditivo ao contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu um empréstimo adicional de US\$10.000.000,00. O primeiro empréstimo foi quitado em 15 de abril de 2009, enquanto o segundo empréstimo será pago em parcelas semestrais de principal, sendo que a primeira venceu em 15 de outubro de 2010 e a última vencerá em 15 de outubro de 2017. O saldo devedor do segundo empréstimo sofre incidência de juros correspondentes a Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 3% ao ano, além da variação cambial. O contrato de investimento está sujeito a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação de operações com derivativos exceto para fins de hedge; (ii) inadimplemento das obrigações constantes no contrato de investimento ou em qualquer outro contrato firmado com a IFC ou qualquer outro credor; (iii) venda de ativos fixos com valor agregado superior a US\$10,0 milhões, exceto caso os ativos estejam sendo substituídos simultaneamente; (iv) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (v) não observância pela Companhia das relações: ativo circulante por passivo circulante maior que 1,3x e dívida financeira líquida por EBITDA menor que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4,4 milhões. Em outubro de 2017 a Companhia liquidou este financiamento, com a quitação da última parcela. Esta descrição foi mantida apenas para efeitos comparativos referente ao saldo de 2016 apresentado na tabela da seção 10.1.d.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Somados aos contratos relacionados acima verificam-se operações de ACC que em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 48,6 milhões com taxas de juros incidentes que variam de 3,6% a 3,89% + variação cambial.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Itaú BBA S.A contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Ativo circulante” a soma dos valores de caixa, estoques, investimentos classificados como “detidos para negociação”, investimentos classificados como “disponíveis para venda”, contas a receber de clientes, outras contas a receber realizáveis dentro de um ano e despesas pagas antecipadamente, as quais serão debitadas da renda dentro de um ano.

“Passivo circulante” a soma de todos os passivos devidos à vista ou dentro de um ano (incluindo adiantamentos de contrato de câmbio, bem como outros tipos de instrumentos financeiros comerciais com vencimento inferior a 36 meses, celebrados pela Companhia no curso ordinário de seus negócios para desconto de recebíveis de exportação, com fins não especulativos), mas com exclusão dos passivos relacionados à propriedade, instalações e equipamentos na medida em que os valores dos mesmos forem excluídos do cálculo do Ativo Circulante.

“Dívida Financeira Líquida” o resultado da subtração do saldo da dívida financeira pelo caixa e equivalentes de caixa.

“EBITDA” a soma do lucro líquido, das despesas com juros, taxas, itens extraordinários, depreciação, amortização ou quaisquer outras despesas que não envolvam caixa (na medida em que cada um for deduzido do cálculo do lucro líquido).

O contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú BBA S.A descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento do índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode (rá) ser maior que 2,5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato.

Para fins do índice referido acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

O contrato de financiamento celebrado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de não comprovação pela Companhia das exportações prometidas nos processos de Exim.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário.

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário.

Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

g) Limite dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possuía limites nos financiamentos então contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega; b) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado. c) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Participação dos administradores nos lucros

As despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária, os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Companhia que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: (a) 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia; ou (b) o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Diretores. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 39 do Estatuto Social.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado, a partir das suas demonstrações financeiras consolidadas

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	2018		2017		2016					
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Receita operacional líquida	1.141.149	100,0%	832.831	100,0%	812.651	100,0%	308.318	37,0%	20.180	2,5%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-837.529	-73,4%	-615.664	-73,9%	-580.608	-71,4%	-221.865	36,0%	- 35.056	6,0%
Lucro bruto	303.620	26,6%	217.167	26,1%	232.043	28,6%	86.454	39,8%	- 14.876	-6,4%
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	-115.043	-10,1%	-75.187	-9,0%	-66.838	-8,2%	- 39.856	53,0%	- 8.349	12,5%
Administrativas e gerais	-90.389	-7,9%	-58.671	-7,0%	-55.811	-6,9%	- 31.718	54,1%	- 2.860	5,1%
Honorários da administração	-4.436	-0,4%	-3.926	-0,5%	-3.463	-0,4%	- 510	13,0%	- 463	13,4%
Outras despesas operacionais	-22.665	-2,0%	-33.657	-4,0%	-28.960	-3,6%	10.992	-32,7%	- 4.697	16,2%
Outras receitas operacionais	68.688	6,0%	19.513	2,3%	6.666	0,8%	49.174	252,0%	12.847	192,7%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	139.774	12,2%	65.239	7,8%	83.637	10,3%	74.535	114,2%	- 18.397	-22,0%
Despesas financeiras	-218.157	-19,1%	-77.820	-9,3%	-100.089	-12,3%	-140.337	180,3%	22.269	-22,2%
Receitas financeiras	180.657	15,8%	96.176	11,5%	102.733	12,6%	84.481	87,8%	- 6.557	-6,4%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	102.275	9,0%	83.595	10,0%	86.281	10,6%	18.680	22,3%	- 2.685	-3,1%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-13.714	-1,2%	-19.435	-2,3%	-21.803	-2,7%	5.721	-29,4%	2.369	-10,9%
Lucro líquido do exercício	88.561	7,8%	64.160	7,7%	64.477	7,9%	24.401	38,0%	- 317	-0,5%

Receita operacional líquida

A tabela seguinte indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2018		2017		2016		Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação	Variação	Variação	Variação
							em R\$	%	em R\$	%
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Receita operacional líquida	1.141.149	100,0%	832.831	100,0%	812.651	100,0%	308.318	37,0%	20.181	2,5%
Montadoras	139.228	12,2%	104.259	12,5%	98.290	12,1%	34.969	33,5%	5.969	6,1%
Reposição	1.001.921	87,8%	728.572	87,5%	714.360	87,9%	273.349	37,5%	14.212	2,0%

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 20,2 milhões, ou 2,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$ 832,8 milhões, comparado a R\$ 812,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. **Montadoras:** houve aumento de R\$ 5,9 milhões, ou 6,1%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 98,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 104,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente:
 - a. Do aumento no volume de vendas devido ao melhor desempenho da economia nacional e ao crescimento nas exportações de veículos novos para outros países;
 - b. Aumento na produção de veículos novos no Brasil, principalmente a categoria de caminhões, para qual a Fras-le possui liderança no fornecimento de materiais de fricção.
- ii. **Reposição:** houve aumento de R\$ 14,2 milhões, ou 2,0%, na receita operacional líquida do segmento de reposição,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

passando de R\$ 714,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 728,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, de:

- a. Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, motivado pelo reposicionamento de preços;
- b. Melhora verificada na economia nacional e a consequente expansão da frota de veículos em circulação.

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 308,3 milhões, ou 37,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 1.141,1 milhões, comparado a R\$ 832,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. Montadoras: houve aumento de R\$ 35,0 milhões, ou 33,5%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 104,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 139,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente:
 - a. Do aumento no volume de vendas devido ao melhor desempenho da economia nacional e por receitas agregadas por aquisição de empresa com parte da produção destinada a montadoras;
 - b. Aumento na produção de veículos novos no Brasil, principalmente a categoria de caminhões, para qual a Fras-le possui liderança no fornecimento de materiais de fricção.
- ii. Reposição: houve aumento de R\$ 273,3 milhões, ou 37,5%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 728,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.001,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, de:
 - a. Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, motivado pelo melhor desempenho da economia nacional, e também, receitas agregadas por aquisição de empresas;
 - b. Melhora verificada na economia nacional e a consequente expansão da frota de veículos em circulação, que reflete em aumento nas manutenções em veículos, como exemplo o sistema de freio e a substituição de peças, como os materiais de fricção produzidos pela Fras-le.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2018		2017		2016		Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
	(Em R\$ mil exceto percentuais)									
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-837.529	100,0%	-615.664	100,0%	-580.608	100,0%	-221.865	36,0%	-35.056	6,0%
Montadoras	-106.663	12,7%	-83.807	13,6%	-75.398	13,0%	-22.856	27,3%	-8.409	11,2%
Reposição	-730.866	87,3%	-531.857	86,4%	-505.210	87,0%	-199.009	37,4%	-26.647	5,3%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma evolução de R\$ 35,1 milhões, ou 6,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$ 8,4 milhões, ou 11,2% devido ao melhor desempenho deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento de R\$ 26,6 milhões, ou 5,3%, relacionado a maiores volumes de vendas e o consequente reflexo na evolução das receitas da Companhia.

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma evolução de R\$ 221,9 milhões, ou 36,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$ 22,9 milhões, ou 27,3% devido ao melhor desempenho deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve aumento de R\$ 199,0 milhões, ou 37,4%, relacionado a maiores volumes de vendas e o consequente reflexo na evolução das receitas da Companhia. Adicionalmente, também ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le. Também deve ser considerado os custos agregados de novas empresas adquiridas no decorrer do exercício.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas com vendas apresentaram um aumento de R\$ 8,3 milhões em 2017 em comparação a 2016, devido a aumento nas despesas com fretes, e também, parcela de despesas de vendas agregadas devido a empresas adquiridas no exterior.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$ 2,9 milhões em 2017 comparado a 2016, devido principalmente ao maior volume de despesas com assessorias jurídicas e tributárias, e também, parcela de despesas administrativas agregadas de aquisições.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$ 22,3 milhões em 2016, para despesa operacional líquida de R\$ 14,1 milhões em 2017, devido a seguinte combinação de fatores: i) contabilização de R\$ 8,8 milhões de despesas com *impairment*, constituído por subsidiária do exterior; ii) despesas por adesão a Programas de Regularização Tributária; e também, iii) parcela de outras despesas operacionais agregada de aquisições. Por outro lado, foi possível obter ganho de processos judiciais em curso, que beneficiou este grupo de despesas no montante de R\$ 9,2 milhões. Com relação ao *impairment* reconhecido pela subsidiária Fras-le North América, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), localizada na subsidiária, não apresentou viabilidade econômica e nem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. No entanto, cabe destacar que o cenário nacional está mais favorável à produção de Blocos no Brasil.

As despesas com vendas apresentaram um aumento de R\$ 39,9 milhões em 2018 em comparação a 2017, devido a elevação dos gastos logísticos por consequência de reajustes na tabela de fretes, e ainda, a reoneração da folha de pagamento, e despesas agregadas com as aquisições.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$ 31,7 milhões em 2018 comparado a 2017, devido a parcela de despesas administrativas agregadas de aquisições, inclusive ramp up, gastos com assessorias em projetos de M&A ocorridos ao longo do ano, e reoneração da folha de pagamento.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$ 14,1 milhões em 2017, para receita operacional líquida de R\$ 46,0 milhões em 2018. Estas contas absorveram as maiores variações decorrentes da consolidação das aquisições, com destaque para o cálculo de mais valia, da controlada Jurid do Brasil, contabilizado no início do ano, que resultou em compra vantajosa, originando um ganho operacional de R\$ 52,5 milhões, o qual contribui significativamente para a composição do grupo de outras despesas e receitas operacionais encerrar o exercício de 2018 com um saldo positivo líquido de R\$ 46,0 milhões.

Despesas financeiras

As despesas financeiras reduziram R\$ 22,3 milhões, ou 22,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$ 77,8 milhões, comparado a R\$ 100,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2016. Essa redução decorreu principalmente devido a redução nas taxas do dólar refletindo nos passivos atrelados ao dólar, e também, redução nos saldos de empréstimos e financiamentos.

As despesas financeiras aumentaram R\$ 140,3 milhões, ou 180,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$ 218,2 milhões, comparado a R\$ 77,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu, principalmente, pela desvalorização do peso argentino e pela inflação na Argentina, que resultou em um nível elevado de despesas com variação cambial sobre os saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina, considerando inclusive as controladas adquiridas recentemente.

A redução dos recursos aplicados, para saldar os débitos decorrentes das aquisições, foi outro fator que influenciou para a alteração do resultado financeiro, pois reduziu as receitas financeiras oriundas de aplicações.

Por outro lado, com a adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o resultado financeiro passou por um ajuste positivo líquido de R\$ 13,0 milhões na composição das contas de despesas e receitas financeiras, considerando também efeito de correção monetária, decorrente da adoção da norma.

A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2018	2017	2016	Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Despesas financeiras	218.157	77.820	100.089	140.337	180,3%	-22.269	-22,2%
Variação cambial	174.158	27.508	52.026	146.650	533,1%	-24.518	-47,1%
Juros sobre financiamentos	16.736	21.216	24.234	-4.480	-21,1%	-3.018	-12,5%
Outras operações de derivativos	0	0	58	0		-58	-100,0%
Ajuste a valor presente	5.541	3.804	3.534	1.737	45,7%	270	7,6%
Outras despesas financeiras	21.722	25.292	20.237	-3.570	-14,1%	5.055	25,0%

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram R\$ 6,6 milhões, ou 6,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$ 96,2 milhões, comparado a R\$ 102,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa redução tem como principal motivo às taxas médias do dólar inferior ao longo de 2017, que refletiram nos ativos atrelados ao dólar.

As receitas financeiras aumentaram R\$ 84,5 milhões, ou 87,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$ 180,7 milhões, comparado a R\$ 96,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução tem como principal motivo a redução dos recursos aplicados, os quais foram utilizados para pagamento das aquisições.

A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2018	2017	2016	Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Receitas financeiras	180.657	96.176	102.733	84.481	87,8%	-6.557	-6,4%
Variação cambial	147.632	30.258	39.228	117.374	387,9%	-8.970	-22,9%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	17.048	46.568	46.773	-29.520	-63,4%	-205	-0,4%
Ajuste a valor presente	6.653	11.093	14.156	-4.440	-40,0%	-3.063	-21,6%
Outras receitas financeiras	585	8.257	2.576	-7.672	-92,9%	5.681	220,5%
Ajuste correção monetária	8.739	-	-	8.739	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017 o resultado financeiro líquido atingiu um superávit de R\$ 18,4 milhões, sendo equivalente a um desempenho 6,9 vezes maior que o superávit financeiro de R\$ 2,6 milhões no ano de 2016. Entre os principais fatores que contribuíram para este desempenho aparecem a redução dos saldos de empréstimos e financiamentos, e também, a redução nas taxas do câmbio, que teve efeito favorável na composição dos pagáveis e recebíveis sujeitos à variação cambial.

Em 2018 o resultado financeiro líquido atingiu um déficit de R\$ 13,1 milhões, sendo equivalente a um desempenho 2,0 vezes menor que o superávit financeiro de R\$ 18,4 milhões no ano de 2017. Entre os principais fatores responsáveis por este comportamento aparecem, a desvalorização do peso argentino e a inflação na Argentina, com impacto nos saldos de empréstimos, fornecedores do exterior e outras contas sujeitas a efeitos monetários, nas controladas da Fras-le localizadas na Argentina. A redução dos recursos aplicados, para saldar os débitos decorrentes das aquisições, foi outro fator que influenciou para a alteração do resultado financeiro, pois reduziu as receitas financeiras oriundas de aplicações. Por outro lado, com a adoção da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29), o resultado financeiro passou por um ajuste positivo líquido de R\$ 13,0 milhões na composição das contas de despesas e receitas financeiras, considerando também efeito de correção monetária, decorrente da adoção da norma.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, com base nas suas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31/12/2017 e em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativo	Em 31 de dezembro de									
	2018		2017		2016		Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	R\$	%	R\$	%
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	224.720	14,7%	237.773	17,5%	256.244	21,3%	-13.053	-5,5%	-18.471	-7,2%
Aplic. financ. de liquidez não imediata	5.871	0,4%	241.473	17,8%	274.181	22,8%	-235.602	-97,6%	-32.708	-11,9%
Clientes	112.778	7,4%	77.793	5,7%	61.449	5,1%	34.985	45,0%	16.344	26,6%
Estoques	368.281	24,1%	256.210	18,9%	172.161	14,3%	112.071	43,7%	84.049	48,8%
Imp. e contrib. a recuperar	59.006	3,9%	38.558	2,8%	18.647	1,6%	20.448	53,0%	19.912	106,8%
Outros ativos circulantes	11.453	0,7%	12.974	1,0%	13.677	1,1%	-1.521	-11,7%	-703	-5,1%
Total do ativo circulante	782.109	51,2%	864.781	63,8%	796.359	66,2%	-82.672	-9,6%	68.422	8,6%
Não circulante										
Imp. e contrib. a recuperar	26.867	1,8%	16.878	1,2%	9.367	0,8%	9.989	59,2%	7.511	80,2%
Depósitos judiciais	14.731	1,0%	11.644	0,9%	8.500	0,7%	3.087	26,5%	3.144	37,0%
Impostos sobre o lucro diferidos	32.739	2,1%	25.718	1,9%	31.330	2,6%	7.021	27,3%	5.612	-17,9%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	6864	0,4%	191	0,0%	45	0,0%	6.673	3497,4%	146	324,7%
Investimentos	952	0,1%	396	0,0%	464	0,0%	556	140,4%	68	-14,6%
Imobilizado	503.965	33,0%	371.930	27,4%	345.301	28,7%	132.035	35,5%	26.629	7,7%
Intangível	158.986	10,4%	64.927	4,8%	10.938	0,9%	94.059	144,9%	53.989	493,6%
Total do ativo não circulante	745.104	48,8%	491.684	36,2%	405.945	33,8%	253.421	51,5%	85.739	21,1%
Total do ativo	1.527.213	100,0%	1.356.465	100,0%	1.202.304	100,0%	170.749	12,6%	154.161	12,8%

¹ Em relação ao total do ativo.

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram redução de R\$ 18,5 milhões, ou 7,2%, correspondendo a R\$ 237,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 256,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$ 18,5 milhões, ou 5,5%, correspondendo a R\$ 224,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 237,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou redução de R\$ 32,7 milhões, ou 11,9%, correspondendo a R\$ 241,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 274,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao maior nível de recursos necessários para suprir as demandas para capital de giro.

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou significativa redução de R\$ 235,6 milhões, correspondendo a R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 241,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido ao maior nível de recursos necessários para suprir as demandas para capital de giro, e também, resgate das mesmas para pagamento das novas aquisições.

Clientes

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$ 16,3 milhões ou 26,6%, correspondendo a R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 61,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, além de um maior nível de compras de matéria-prima.

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$ 35,0 milhões ou 45,0%, correspondendo a R\$ 112,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento dos saldos na consolidação das empresas adquiridas recentemente, além de um maior nível de compras de matéria-prima.

Estoques

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$ 84,0 milhões, ou 48,8%, correspondendo a R\$ 256,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 172,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, além de um maior nível de compras de matéria-prima, considerando inclusive a antecipação de compra de aço para mitigar impactos de aumento previsto no seu preço.

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$ 112,1 milhões, ou 43,7%, correspondendo a R\$ 368,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 256,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas recentemente, principalmente da Armetal na Argentina, que necessita de um estoque maior por se tratar de um grande distribuidor local.

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 19,9 milhões, ou 106,8%, correspondendo a R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, de impostos a recuperar de controladas no exterior registrados no final do exercício, com comprovações concluídas, porém, sem tempo hábil para liberação antes do encerramento do exercício.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 20,4 milhões, ou 53,0%, correspondendo a R\$ 59,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função, principalmente, de impostos a recuperar de controladas, inclusive das novas aquisições.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 7,5 milhões, ou 80,2%, correspondendo a R\$ 16,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de provisões de INSS, FGTS e férias na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, e da nova operação comercial na Colômbia.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$ 10,0 milhões, ou 59,2%, correspondendo a R\$ 26,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 16,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função de incremento de provisões de INSS, FGTS e férias na consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Imobilizado

O imobilizado apresentou aumento de R\$ 26,6 milhões, ou 7,7%, correspondendo a R\$ 371,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 345,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Embora o maior volume deste aumento represente o incremento de imobilizado na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, ocorreu um reconhecimento de *impairment* com origem na planta Fras-le North America – operação detalhada no item Receitas (despesas) operacionais.

O imobilizado apresentou aumento de R\$ 132,0 milhões, ou 35,5%, correspondendo a R\$ 504,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 371,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Embora o maior volume deste aumento represente o incremento de imobilizado na consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Intangível

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$ 54,0 milhões, ou 493,6%, correspondendo a R\$ 64,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 10,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Neste caso mais especificamente estamos falando da mais valia de clientes e marcas. Este aumento justifica-se pelo valor de mais valia, registrado sobre bens decorrentes das aquisições na Argentina e Uruguai.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$ 94,1 milhões, ou 144,9%, correspondendo a R\$ 159,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 64,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Neste caso mais especificamente estamos falando da mais valia de clientes e marcas. Este aumento justifica-se pelo valor de mais valia, registrado sobre bens decorrentes das aquisições realizadas recentemente.

	Em 31 de dezembro de									
	2018		2017		2016		Δ 2018 x 2017		Δ 2017 x 2016	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	157.413	10,3%	135.038	10,0%	117.307	9,8%	22.375	16,6%	17.731	15,1%
Fornecedores	95.658	6,3%	78.378	5,8%	56.420	4,7%	17.280	22,0%	21.958	38,9%
Impostos e contribuições	31.759	2,1%	32.990	2,4%	20.583	1,7%	- 1.231	-3,7%	12.407	60,3%
Salários e encargos	33.189	2,2%	21.722	1,6%	17.612	1,5%	11.467	52,8%	4.110	23,3%
Adiantamentos de clientes	3.408	0,2%	1.659	0,1%	1.723	0,1%	1.749	105,4%	- 64	-3,7%
Dividendos a pagar	2	0,0%	3	0,0%	816	0,1%	- 1	-18,8%	- 813	-99,7%
Juros sobre capital próprio	22.620	1,5%	23.740	1,8%	6.175	0,5%	- 1.120	-4,7%	17.564	284,4%
Participações dos empregados e administradores	8.328	0,5%	7.822	0,6%	6.501	0,5%	506	6,5%	1.321	20,3%
Comissões	2.963	0,2%	1.098	0,1%	1.403	0,1%	1.865	169,9%	- 305	-21,7%
Outros passivos circulantes	17.806	1,2%	115.871	8,5%	12.241	1,0%	- 98.065	-84,6%	103.630	846,6%
Total do passivo circulante	373.147	24,4%	418.321	30,8%	240.781	20,0%	- 45.174	-10,8%	177.540	73,7%
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	214.347	14,0%	85.218	6,3%	138.861	11,5%	129.129	151,5%	- 53.643	-38,6%
Impostos sobre o lucro diferidos	61.128	4,0%	49.337	3,6%	28.851	2,4%	11.791	23,9%	20.486	71,0%
Provisão para litígios	12.501	0,8%	8.044	0,6%	7.369	0,6%	4.457	55,4%	675	9,2%
Outros passivos não circulantes	39.530	2,6%	12.524	0,9%	13.400	1,1%	27.006	215,6%	- 876	-6,5%
Total do passivo não circulante	327.506	21,4%	155.123	11,4%	188.481	15,7%	172.383	111,1%	- 33.358	-17,7%
Patrimônio líquido										
Capital social	600.000	39,3%	600.000	44,2%	600.000	49,9%	-	0,0%	-	0,0%
Reserva de lucros	195.659	12,8%	150.182	11,1%	146.797	12,2%	45.477	30,3%	3.385	2,3%
Outros resultados abrangentes	11.468	0,8%	30.713	2,3%	25.339	2,1%	- 19.245	-62,7%	5.374	21,2%
Total da participação dos controladores	807.127	52,8%	780.895	57,6%	772.136	64,2%	26.232	3,4%	8.759	1,1%
Participação dos acionistas não controladores	19.433	1,3%	2.126	0,2%	906	0,1%	17.307	814,1%	1.220	134,7%
Total do patrimônio líquido	826.560	54,1%	783.021	57,7%	773.042	64,3%	43.539	5,6%	9.979	1,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.527.213	100,0%	1.356.465	100,0%	1.202.304	100,0%	170.748	12,6%	154.161	12,8%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$ 17,7 milhões, ou 15,1%, correspondendo a R\$ 135,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 117,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$ 22,3 milhões, ou 16,6%, correspondendo a R\$ 157,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 135,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$ 22,0 milhões, ou 38,9%, correspondendo a R\$ 78,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 56,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função do aumento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

das vendas, que geraram um maior volume de compras de matéria-prima e saldos de fornecedores agregado em função da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai.

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$ 17,3 milhões, ou 22,0%, correspondendo a R\$ 95,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 78,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do aumento das vendas, que geraram um maior volume de compras de matéria-prima e saldos de fornecedores agregado em função da consolidação das novas empresas adquiridas.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$ 4,1 milhões, ou 23,3%, correspondendo a R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 17,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, de reajustes salariais por dissídio coletivo, e também, pela evolução no número de funcionários pelos seguintes fatores: i) Aumento da atividade econômica e da demanda por materiais de fricção, ii) Valores agregados em função da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, iii) Aumento funcionários em operações controladas.

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$ 11,5 milhões, ou 52,8%, correspondendo a R\$ 33,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento se deve, em função de reajustes salariais por dissídio coletivo, e também, por valores agregados em das empresas adquiridas recentemente e consequentemente aumento na quantidade de funcionários.

Juros sobre capital próprio

A conta de juros sobre capital próprio apresentou aumento de R\$ 17,6 milhões, correspondendo a R\$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de uma remuneração maior aos acionistas, até o limite previsto pela legislação.

A conta de juros sobre capital próprio, no saldo de R\$ 22,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, não apresentou variação significativa.

Outros passivos circulantes

A conta de outros passivos circulantes apresentou aumento de R\$ 103,6 milhões, correspondendo a R\$ 115,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação aos R\$ 12,2 milhões de 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai.

A conta de outros passivos circulantes apresentou redução de R\$ 98,1 milhões, correspondendo a R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos R\$ 115,9 milhões de 31 de dezembro de 2017, em função, principalmente, por se tratar de valor transitório correspondente a consolidação das empresas adquiridas recentemente.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram redução de R\$ 53,6 milhões, ou 38,6%, correspondendo a R\$ 85,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 138,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo e maior volume de amortização de empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$ 129,1 milhões, ou 151,5%, correspondendo a R\$ 214,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 85,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos sobre o lucro diferidos

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$ 20,5 milhões, ou 71,0%, correspondendo a R\$ 49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 28,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função do valor de mais valia, calculado sobre os ativos das unidades adquiridas na Argentina e no Uruguai. Neste caso mais especificamente de clientes e marcas. Esse cálculo gerou um imposto diferido.

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$ 11,8 milhões, ou 23,9%, correspondendo a R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do valor de mais valia, calculado sobre os ativos da unidade Jurid do Brasil. Neste caso mais especificamente de clientes e marcas. Esse cálculo gerou um imposto diferido.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$ 675 mil, ou 9,2%, correspondendo a R\$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos.

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$ 4,5 milhões, ou 55,4%, correspondendo a R\$ 12,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 em comparação a R\$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da reavaliação de perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, em decorrência dos processos agregados das novas empresas adquiridas no decorrer do ano.

Capital social e Reserva de lucros

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$ 600,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 e as reservas de lucros apresentaram evolução de R\$ 3,4 milhões, ou 2,3% correspondendo a R\$ 150,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$ 146,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$ 600,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 e as reservas de lucros apresentaram evolução de R\$ 45,5 milhões, ou 30,3% correspondendo a R\$ 195,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 150,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

Participação dos acionistas não controladores

O saldo de participação dos acionistas não controladores no capital social da Companhia, correspondeu a R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 R\$ 906 mil, e apresentaram evolução de R\$ 1,2 milhão. A evolução se refere a valores agregados das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai.

O saldo de participação dos acionistas não controladores no capital social da Companhia, correspondeu a R\$ 19,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2,1 milhões, e apresentaram evolução de R\$ 17,3 milhões. A evolução se refere a valores agregados das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$ 10,0 milhões, ou 1,3%, correspondendo a R\$ 783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$ 773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$ 43,5 milhões, ou 5,6%, correspondendo a R\$ 826,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, com base nas suas demonstrações financeiras

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2018	2017	2016	$\Delta 2018 \times 2017$	$\Delta 2017 \times 2016$
	<i>(em R\$ mil)</i>				
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	266.154	128.706	-73.356	137.448	202.062
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-308.323	-47.504	-10.421	-260.819	-37.083
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamentos	29.116	-99.673	178.126	128.789	-277.799
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período/exercício	-13.053	-18.471	94.349	5.418	-112.820

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$ 128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$ -73,4 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2016. Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento nas seguintes contas: clientes, estoques, fornecedores, conforme detalhado em rubricas específicas, além da liquidação de financiamentos, aumento de impostos e taxas e encargos sociais, decorrentes de empresas adquiridas na Argentina e Uruguai, além de implementação de centro de distribuição na Colômbia.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$ 266,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$ 128,7 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2017. Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento nas seguintes contas: clientes, estoques, fornecedores, conforme detalhado em rubricas específicas, além da liquidação de financiamentos, aumento de impostos e taxas e encargos sociais, decorrentes de novas empresas adquiridas e/ou constituídas ao longo de 2018.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$ 47,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, se comparado a R\$ 10,4 milhões de 2016. Esse aumento de R\$ 37,1 milhões foi resultado, principalmente, da variação cambial sobre o saldo dos investimentos em imobilizado e intangível efetuados pelas controladas do exterior.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$ 308,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, se comparado a R\$ 47,5 milhões em 2017. Esse aumento de R\$ 260,8 milhões foi resultado, da variação cambial sobre o saldo dos investimentos em imobilizado e intangível efetuados pelas controladas do exterior, e também, investimentos em imobilizados de novas controladas adquiridas entre o final de 2017 e o final de 2018.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ - 99,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 178,1 milhões no mesmo período de 2016. Essa variação é decorrente de um maior volume de liquidação de empréstimos e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financiamentos, de aumento nos volumes de compras de matéria-prima, e ainda, um maior nível de impostos taxas e encargos sociais.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 29,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ - 99,7 milhões no mesmo período de 2017. Essa variação é decorrente de um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos, de aumento nos volumes de compras de matéria-prima, e ainda, um maior nível de impostos taxas e encargos sociais, e também, efeitos de variação cambial e inflação decorrentes de economia hyperinflacionária, gerados por subsidiárias localizada na Argentina.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que são recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção e outros materiais relacionados ao sistema de freio, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia, além de outros componentes para os sistemas de freio, suspensão e motores.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
	(em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)		
Receita operacional líquida	1.141.149	832.831	812.651
Mercado doméstico	548.594	418.130	369.654
Mercado externo	592.555	414.701	442.997

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$ 418,1 milhões representou 50,2% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2016 este percentual foi de 45,5%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu ao montante de R\$ 414,7 milhões, representando 49,8% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2016, representou 54,5% sobre o total de receitas operacionais líquidas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$ 548,6 milhões representou 48,1% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2017 este percentual foi de 50,2%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu ao montante de R\$ 592,6 milhões, representando 51,9% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2017, representou 49,8% sobre o total de receitas operacionais líquidas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção, outros componentes para o sistema de freio, suspensão e motor, que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio e inflação.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo, porém, possui um modelo de negócio diferenciado, onde o seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras e ambientes doméstico e externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo, principalmente pela expansão da frota circulante, pelo aumento na demanda por veículos novos, bem como, pelo aumento nos volumes de cargas de cargas e transportes em geral.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas como o Dólar norte

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso.

Neste sentido, as receitas oriundas das exportações, totalizou R\$ 236,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, este valor correspondeu a R\$ 277,8 milhões e R\$ 241,5 milhões, respectivamente. A queda apresentada no exercício de 2017 refere-se, além da redução nas taxas do dólar, menores volumes de vendas em algumas regiões onde a Companhia atua devido a fatores sazonais.

As exportações totalizaram R\$ 307,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 este valor correspondeu a R\$ 236,7 milhões. A evolução apresentada no exercício de 2018 refere-se, além do aumento nas taxas do dólar, maiores volumes de vendas em algumas regiões onde a Companhia atua, em especial na América do Norte, e também, exportações realizadas por novas controladas adquiridas no Brasil.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Variações taxas de câmbio e derivativos

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 48 /IFRS 09) - Instrumento financeiro: Reconhecimento e Mensuração; e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao budget de venda de produtos fabricados.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Desde janeiro de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* como os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2018 a Companhia amortizou R\$ 155,9 milhões da dívida financeira bruta, enquanto em relação a novos empréstimos foram

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

captados R\$ 330,9 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$ 371,8 milhões, dos quais R\$ 157,4 milhões ou 42% são de curto prazo e R\$ 214,3 milhões ou 58% são de longo prazo, sendo que R\$ 332,4 milhões ou 89% estão atrelados ao dólar.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2017 a Companhia amortizou R\$ 138,0 milhões da dívida financeira bruta, enquanto em relação a novos empréstimos ocorreu a liberação de R\$ 87,2 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$ 220,3 milhões, dos quais R\$ 135,0 milhões ou 61,3% são de curto prazo e R\$ 85,2 milhões ou 38,7% são de longo prazo, sendo que R\$ 170,2 milhões ou 77,3% estão atrelados ao dólar.

Variações da Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o INPC correspondia a 3,43%, (2,07% em 2017 e 6,6% em 2016) e o IGP-M 7,55%, (-0,53% em 2017 e 7,19% em 2016). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os impactos da inflação na receita líquida foram moderados, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 o impacto da inflação na receita líquida foi baixo.

Variações nos volumes de vendas

Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 em peças (materiais de fricção) foram vendidas 101,4 milhões de unidades, 86,9 milhões e 79,3 milhões, respectivamente. Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 em peças (produtos diversos) foram vendidas 20,2 milhões de unidades, 19,5 milhões e 19,3 milhões, respectivamente. A seguir o detalhamento destes volumes relacionados:

Volumes de Vendas por Linha de Produtos					
	Unidade medida	2018	2017	Δ %	2016
Lonas de Freio p/ Veíc. Pesados	PCS	56,2	50,4	11,6%	45,0
Pastilhas de Freio	PCS	32,3	24,1	34,1%	21,9
Outros Materiais de Fricção	PCS	12,9	12,4	3,6%	12,5
Materiais de Fricção	PCS	101,4	86,9	16,7%	79,3
Componentes p/ Sistema de Freio	PCS	4,8	3,3	45,8%	3,1
Componentes p/ Sistema de Suspensão	PCS	0,8	-		-
Componentes p/ Motor	PCS	10,8	12,8	-15,6%	11,9
Outros Produtos Diversos	PCS	3,8	3,5	8,4%	4,3
Produtos diversos	PCS	20,2	19,5	3,3%	19,3
Líquidos Envasados	L	1,75	0,39	347,6%	0,25

Valores em milhões de peças ou litros.

O aumento dos volumes de vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 decorre, do momento de retomada dos negócios observados nas indústrias de autopeças e automobilística nacionais, e também, o aumento nos volumes de exportação, principalmente para a América do Norte, e ainda, volumes de vendas agregados através de aquisições e novas operações.

O aumento dos volumes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 decorre, de campanhas de vendas realizadas junto às redes de distribuidores no Brasil, que refletiram inclusive em ganhos de market share, e também, o momento de retomada dos negócios observados nas indústrias de autopeças e automobilística nacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados.

A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por conseguinte, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia que possui parte de seu faturamento em dólares oriundo das exportações quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange os financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e dólar. Contudo, a Companhia utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da Jurid do Brasil, da Fremax, e também, concluiu a sociedade para a constituição da ASK Frs-le Friction, conforme os seguintes detalhamentos:

Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid")

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Constituição da ASK Frs-le Friction Private Limited. ("ASK Frs-le")

Em 25 de janeiro de 2018 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao fechamento da Associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK") foram atendidas e que, naquela data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Frs-le Friction Private Limited ("ASK Frs-le"), permitindo dar início as atividades produtivas e operacionais daquela unidade.

O Fato relevante da celebração do contrato foi divulgado em 05 de dezembro de 2017, realizado com a ASK Automotive Private Limited ("ASK"), para a composição de sociedade em comum, por tempo indeterminado, localizada em Manesar, Estado de Haryana, Índia, que foi denominada ASK Frs-le Private Limited ("ASK Frs-le").

O principal objetivo da Companhia com a sociedade é de produzir lonas e pastilhas, exclusivamente para veículos comerciais acima de 3,5 toneladas, destinadas ao mercado de reposição e montadora.

Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville- Santa Catarina. Naquela data, a Companhia assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da EuroBrakes (Holanda) e EuroExpo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição do Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“Contratos”), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideú.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a Fras-le Pan-americana, que consiste em um escritório comercial na cidade de Bogotá, e um *warehouse* na cidade de Cartagena, situado em uma zona franca.

O principal objetivo com esta operação é melhorar na competitividade local, principalmente em materiais de fricção para a linha leve, e com isso aumentar as vendas na Colômbia, Peru, Equador, América Central e no Caribe, e uma das estratégias será ter os produtos disponíveis, através do novo Centro de distribuição.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão

c) Eventos ou operações não usuais

Não foram evidenciados eventos subsequentes ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que não estejam relatados neste relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Para o exercício de 2017 e 2016 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

CPC 47/IFRS 15

Em 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15. Ele orienta que a receita de contrato com clientes seja reconhecida quando o controle de bens e serviços for transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia esperar ter direito em troca destes bens e serviços. Normalmente este reconhecimento de receita ocorre na entrega do produto ou serviço, e a Companhia considera se existem outras promessas de contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada, a exemplo disto temos as garantias. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita proveniente de contrato com clientes que são: contraprestação variável, componente de financiamento significativo, garantias, programa de incentivos de vendas e contas a receber de clientes.

CPC 48/IFRS 9

A norma IAS 39/CPC 38 foi substituída, desde 1º de janeiro de 2018, pelo CPC 49/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

As principais mudanças ocorridas com essa substituição foram:

1. Classificação e mensuração de ativos financeiros: os instrumentos de dívida são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
2. Redução do valor recuperável (substituição de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”: as perdas de créditos esperadas são registradas em todos os títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.
3. Contabilidade de *hedge*.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 47/IFRS 15

A Companhia analisou seus processos relativos ao CPC 47/IFRS 15 e não foram identificados contratos que impactem significativamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48/IFRS 9

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

	<u>31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38</u>		<u>1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48</u>	
	Empréstimos E recebíveis	Valor justo Por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo Por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.639	-	18.639
Aplicações de liquidez imediata	-	197.497	-	197.497
Clientes	187.402	-	187.402	-
Clientes empresas ligadas	768	-	768	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Total	188.170	457.609	188.170	457.609

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Consolidado**

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos E recebíveis	Valor justo Por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo Por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.716	-	33.716
Aplicações de liquidez imediata	-	204.057	-	204.057
Clientes	77.793	-	77.793	-
Clientes empresas ligadas	-	-	-	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Outros direitos realizáveis	191	-	191	-
Total	77.794	479.246	77.794	479.246

A Companhia avaliou seu modelo atual de provisão de perdas com devedores duvidosos, e constatou que a alteração da norma não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

c) Ressalvas e ênfase presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A adoção de determinadas políticas contábeis e estimativas baseiam-se na experiência histórica com os negócios da Companhia, das necessidades para conduzi-los e operacionalizar as demandas das partes interessadas, além de outros fatores considerados razoáveis para as circunstâncias.

A companhia tem políticas contábeis que impliquem julgamentos.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são descritas conforme segue:

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nestas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como, aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fins de extrapolação.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia realizou avaliação de *impairment* de seus ativos não financeiros para o exercício de 2018 e não identificou a necessidade de registros de *impairment* além dos mencionados nas notas explicativas relativas ao exercício.

Evidenciação de economia hiperinflacionária

Conforme divulgado na nota explicativa 2.3, a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): *IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor* e *IPC - Índice de precios al consumidor*.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos em andamento e previstos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O principal investimento da Companhia nos últimos três exercícios sociais foi em máquinas e equipamentos utilizados em suas unidades fabris, tanto para fins de manutenção, quanto para fins de crescimento orgânico (aumento de capacidade produtiva).

A tabela abaixo demonstra os investimentos da Companhia em ativo imobilizado e intangível nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Terrenos e prédios	Máquinas, equip. e moldes	Móveis e Utensílios	Equip. de computação	Veículos	Imob. em andamento	Adiantamento a fornec.	Software, licenças e outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	35.509	862.803
Aquisições	0	3.332	38	137	70	6.574	-2.062	270	8.359
Baixas	0	-10.290	-11	-70	-97	-260	0	-2	-10.730
Transferências	779	18.758	34	80	0	-17.608	0	19	2.062
Variação cambial	-1.972	-17.066	-242	-329	-116	-1.655	0	-306	-21.686
Saldo em 31 de dezembro de 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	35.490	840.808
Aquisições	81	5.720	474	612	-	34.546	1.235	2.302	44.970
Novos negócios e mais valia	21.547	16.074	292	638	867	743	13	55.223	95.397
Baixas	-79	-20.333	-467	-221	-559	-913	-	-3.002	-25.574
Transferências	8.258	9.161	77	30	3	-17.722	-	193	0
Variação cambial	182	2.432	2	47	-41	122	-	96	2.840
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.374	626.270	12.324	11.174	2.131	32.615	1.251	90.302	958.441
Aquisições	523	37.538	820	1.794	263	47.859	3.655	76.560	169.012
Novos negócios e mais valia	46.020	101.182	2.139	1.745	449	2.302	-	30.934	184.771
Baixas	-2.359	-25.900	-345	-323	-56	-8.462	-413	-229	-38.087
Transferências	-2.590	5.128	9.052	322	-12	-16.955	-1.292	1.277	-5.070
Variação cambial	2.617	13.604	84	149	-270	2.241	6	-8.861	9.570
Ajuste correção monetária	3.328	6.083	249	1.197	1.541	-	-	88	12.486
Saldo em 31 de dezembro de 2018	229.913	763.905	24.323	16.058	4.046	59.600	3.207	190.071	1.291.123

Em relação às aquisições do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o Capex realizado atingiu o montante de R\$ 80,2 milhões, apresentando um valor de R\$ 38,2 milhões superior à previsão inicial de investimentos para 2018, que era de R\$ 42,0 milhões.

Os principais investimentos foram: R\$ 25,5 milhões utilizados na unidade da Fras-le em Caxias do Sul, equivalentes a máquinas, equipamentos, ferramentas e moldes, além de adequações de máquinas à norma de segurança NR-12. Para a nova fábrica da China foi destinado aproximadamente R\$ 9,5 milhões; para a controlada Freios Controil o montante de R\$ 4,8 milhões; Fras-le North America R\$ 1,7 milhões; para as operações da Argentina e do Uruguai aproximadamente R\$ 1,5 milhões; na Jurid e na Fremax o equivalente a R\$ 1,8 milhões; e ainda, investimentos de R\$ 34,4 milhões na ASK Fras-le, o qual é composto por máquinas, equipamentos e outros investimentos no montante de R\$ 33,0 milhões, e intangíveis na ordem de R\$ 1,4 milhões.

É necessário esclarecer que o valor de investimentos realizados, no montante de R\$ 80,2 milhões, contempla os valores de investimentos das novas controladas, que não estavam previstos no *guidance* inicial.

Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia divulgou a projeção empresarial (*Guidance*) a ser acompanhada no ano de 2019, sendo que a previsão para investimentos é de R\$ 76,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar como fontes de financiamento dos investimentos sua própria geração de caixa operacional, bem como empréstimos usualmente captados pela Companhia no curso normal de seus negócios, em especial, empréstimos com recursos do BNDES e financiamentos à exportação.

iii. Desinvestimentos em andamento e previstos

Até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhum desinvestimento previsto ou em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contratos"), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideú.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 4 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 1º de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Jurid")

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("Federal Mogul") foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 18 de dezembro de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

Constituição da ASK Fras-le Friction Private Limited. ("ASK Fras-le")

Conforme fato relevante divulgado em 05 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou, contrato de Associação ("JV") com a ASK Automotive Private Limited ("ASK"), para a composição de sociedade em comum, por tempo indeterminado, localizada em Manesar, Estado de Haryana, Índia, que foi denominada ASK Fras-le Private Limited ("ASK Fras-le").

O principal objetivo da Companhia com a sociedade é de produzir lonas e pastilhas, exclusivamente para veículos comerciais acima de 3,5 toneladas, destinadas ao mercado de reposição e montadora.

Em 25 de janeiro de 2018 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao fechamento da Associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK") foram atendidas e que, naquela data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Fras-le Friction Private Limited ("ASK Fras-le"), permitindo dar início as atividades produtivas e operacionais daquela unidade.

Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville- Santa Catarina. Naquela data, a Companhia assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da EuroBrakes (Holanda) e EuroExpo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

Em 31 de janeiro de 2019, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas, antes da data de aquisição.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.